



UC/FPCE 2016

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

A perpetração de Violência entre Parceiros Íntimos: uma abordagem intrapessoal

João Francisco Caleiro de Oliveira
(caleiro.joao@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (área de subespecialização: Psicopatologia e Psicoterapias Dinâmicas) sob a orientação do Professor Doutor Rui Paixão.

A perpetração de Violência entre Parceiros Íntimos: uma abordagem intrapessoal

Resumo

Este estudo avalia a relação entre a perpetração de violência entre parceiros íntimos (VPI) e as atitudes perante as relações de proximidade. Adicionalmente é avaliado o efeito mediador da prevalência de sintomatologia psicopatológica e das crenças normativas sobre a violência conjugal, na relação hipotetizada. A amostra é composta por 191 sujeitos, com idades compreendidas entre os 17 e os 66 anos ($M = 25.6$; $DP = 8.3$), 65 dos quais do sexo masculino (34%), 126 do sexo feminino (66%), com uma escolaridade entre os 6 e os 20 anos ($M = 14.4$; $DP = 2.3$). São encontradas correlações positivas e significativas entre a perpetração de VPI e as atitudes perante as relações de proximidade; para além disso, verifica-se que a perpetração de VPI é um preditor significativo das atitudes perante as relações de proximidade. Os resultados revelam também que a prevalência de sintomatologia psicopatológica, e as crenças normativas sobre a violência conjugal assumem um efeito mediador da relação entre a perpetração de VPI e as atitudes perante as relações de proximidade. Os resultados sublinham a importância das variáveis intrapessoais na compreensão etiológica da perpetração de VPI.

Palavras-chave: perpetração de Violência entre Parceiros Íntimos; violência e proximidade; violência e psicopatologia; crenças e violência conjugal; vinculação e violência

The perpetration of intimate partner violence: an intrapersonal approach

Abstract

This study evaluates the relation between the perpetration of intimate partner violence (IPV) and the experiences in close relationships. Additionally is evaluated the mediator effect of psychopathological symptomatology prevalence and normative beliefs about conjugal violence, over the hypothesized relation. The sample is composed of 191 subjects, aged between 17 and 66 years old ($M = 25.6$; $DP = 8.3$), with 65 males (34%) and 126 females (66%), and with a scholarship rate between 6 and 20 years ($M = 14.4$; $DP = 2.3$). Positive and significant correlations are found between the perpetration of IPV and the experiences in close relationships; moreover, it appears that the perpetration of IPV is a significant predictor of the experiences in close relationships. The results also reveal that the psychopathological symptomatology prevalence and the normative beliefs about conjugal violence assume a mediator effect in the relation between the perpetration of IPV and the experiences in close relationships. The results underline the relevance of intrapersonal variables in the etiological understanding of IPV.

Key-Words: perpetration of Intimate Partner Violence; violence and close relationships; violence and psychopathology; normative beliefs and conjugal violence; violence and attachment

Agradecimentos

Começo por agradecer ao Professor Doutor Rui Paixão a sua dedicação e empenho na orientação deste trabalho, e a atitude pedagógica e assertiva que manteve, e transmitiu, ao longo de todo o mestrado.

À Doutora Isabel Keating agradeço o apoio que me deu ao longo destes dois anos, e acima de tudo, pela confiança que deposita em mim todos os dias.

À Professora Cláudia Nascimento devo um agradecimento especial, porque as suas ações e atitudes alteraram o meu caminho, e com isso, o de tantas outras pessoas.

À Professora Doutora Ana Cristina Almeida e ao Professora Doutor José Tomás da Silva agradeço profundamente a disponibilidade e a ajuda que prestaram na realização deste trabalho.

A todas as pessoas que de forma anónima e gratuita se disponibilizaram para participar no estudo devo um enorme agradecimento, reconhecendo que sem elas nada disto seria possível.

Aos amigos que fiz em Coimbra agradeço todo o carinho e respeito demonstrados ao longo destes anos e expresso a felicidade de ter partilhado esta estória convosco, são eles: João Estanqueiro, José Paulo Amaro, Pedro Almeida, Leonor Bicker, Mariana Taxa, Diogo Pinto, Diogo Lamego, Fernanda Grandino, Rui Leitão e João Oliveira.

À Ana Mafalda Pinto, expresso a minha gratidão e felicidade pelo caminho que também partilhámos.

Aos meus amigos de infância e juventude, agradeço a atitude que sempre me transmitiram e que carrego hoje dentro de mim. Ao grupo “CDHC” e a todos os restantes membros da família de Salvaterra de Magos um abraço e um grande obrigado.

Finalmente, agradeço à minha família todo o carinho e compreensão que sempre me ofereceram, e dedico este trabalho, em especial, à minha mãe e ao meu pai, por tudo o que sempre fizeram por mim, e para mim. Este trabalho é apresentado em sua honra.

Deixo uma dedicatória e um agradecimento especial ao meu eterno amigo Felipe Chaves Muniz, porque realmente o foi em todas as circunstâncias, e porque o continuará a ser. Este trabalho também é teu.

Índice

Introdução.....	1
I. Enquadramento Conceptual.....	2
Modelos Explicativos da VPI.....	2
Teoria da Vinculação e VPI.....	7
Psicopatologia e crenças normativas na VPI.....	12
II. Objetivos.....	15
III. Metodologia.....	16
Caracterização da amostra.....	16
Instrumentos.....	16
Procedimentos de investigação.....	18
Procedimentos estatísticos.....	19
IV. Apresentação dos Resultados.....	21
V. Discussão Dos Resultados.....	36
Conclusão.....	43
Bibliografia.....	44

Introdução

Na abordagem ao tema da violência entre parceiros íntimos (VPI), observamos uma falta de entendimento no que diz respeito à definição do próprio conceito e objeto de estudo. Esta ambiguidade leva a que diferentes autores utilizem diferentes designações para fenómenos semelhantes, embora autores como Debert e Gregori (2008) refiram que o maior problema é a aceitação como sinónimos de conceitos como “violência doméstica”, “violência contra a mulher”, “violência de género” e “violência entre parceiros íntimos”, uma vez que a cada uma destas designações se associam qualidades e, mais especificamente, fatores de risco diferenciados.

Para o efeito do presente trabalho será usada a designação de VPI para identificar todos estes fenómenos, permitindo abranger uma maior número de possibilidades e situações evitando, por exemplo, o comprometimento com perspetivas que consideram a violência como decorrente de crenças socialmente definidas e veiculadas através dos papéis de género.

A problemática da violência entre parceiros íntimos (VPI), tem vindo a ser progressivamente considerada um problema de saúde pública e social em países em desenvolvimento e em países desenvolvidos (Lawoko, Dalal, Jiayou, & Jansson, 2007). A VPI é entendida como “qualquer ato de natureza física, sexual, psicológica, social ou económica, praticado por e exercido sobre indivíduos de ambos os sexos no contexto de relações de intimidade heterossexuais ou homossexuais, presentes ou passadas, que resulte ou possa resultar em danos físicos, sexuais e/ou psicológicos para a vítima” (Almeida, 2013, p.1).

Tem sido amplamente estudado o efeito nefasto deste fenómeno para o bem-estar físico e psicológico dos envolvidos. Os resultados destes estudos têm evidenciado uma enorme variedade de consequências adversas ao nível da saúde mental e do percurso de vida das vítimas de VPI, tais como: episódios de stress pós-traumático, depressão, deficits de autoestima, patologias relacionadas com a ansiedade e privação de habitação (Ansara & Hindin 2010; Coker et al., 2000; Goodman et al., 1993; Warshaw et al., 2009).

Apesar das graves consequências sociais e pessoais decorrentes desta problemática e das alterações jurídicas que lhe foram aplicadas (nomeadamente a elevação destas situações a “crimes públicos”), esta é ainda revestida de alguma mistificação e permeada por um certo “silêncio” e indiferença, quer da parte das vítimas e dos agressores, quer mesmo da própria sociedade e da cultura onde se insere.

O presente estudo surge como uma tentativa de clarificar algumas das questões e variáveis que participam na origem e na prevalência dos comportamentos violentos entre parceiros íntimos. O seu principal objetivo é compreender as qualidades dos *processos vinculativos* em sujeitos perpetradores de VPI. Adicionalmente, pretende-se aferir o efeito mediador de outras características subjetivas dos sujeitos agressores (nomeadamente as características psicopatológicas e as crenças normativas sobre a violência conjugal) na relação entre as qualidades dos *processos vinculativos* e a

perpetração de VPI. Este trabalho procura responder à clara necessidade de compreensão da VPI, não só do ponto de vista dos seus efeitos, mas principalmente das suas origens e, portanto, das possibilidades de prevenção.

Partindo desta necessidade, serão abordados os diferentes modelos explicativos da VPI, designadamente os modelos socioculturais, interpessoais, intrapessoais e integrativos relativos à compreensão da VPI, embora o foco do presente trabalho esteja no modelo intrapessoal. Posteriormente, e decorrente desta orientação, serão apresentados os principais elementos da Teoria da Vinculação, enquadrando a problemática da VPI neste referencial teórico. De igual modo, esta problemática é também relacionada com outros conceitos, nomeadamente as características psicopatológicas, e as crenças normativas sobre a violência conjugal.

I. Enquadramento Conceptual

Modelos Explicativos da VPI

Os modelos socioculturais fundamentam-se, principalmente, em fatores ambientais e contextuais que influenciam os sujeitos e contribuem para a ocorrência de VPI. Entre estes modelos, os mais conhecidos são o modelo feminista e os modelos de poder e controlo. O modelo feminista baseia-se na assunção de que são as diferenças de género que influenciam diretamente a ocorrência de VPI. Recorrem à ideia de que uma sociedade patriarcal submete as mulheres a uma posição de passividade e subordinação, e identificam como principais fatores de risco: o estar inserido numa sociedade onde dominam as desigualdades de género, ter crenças e atitudes que fomentem essa desigualdade e, de modo geral, ser homem. Uma das maiores fragilidades desta perspetiva prende-se, precisamente, com o facto da crença de que os homens são mais fortes e dominantes, tem levado (principalmente nas sociedades ocidentais) a que se desenvolvam atitudes mais desfavoráveis à violência praticada por homens, do que por mulheres (Archer, 2000; Dutton & Nicholls, 2005). Os modelos feministas são então, em grande parte, criticados pela incapacidade em identificar outros fatores (para além da dominância masculina), capazes de contribuir igualmente para a prevalência de VPI (Dutton & Nicholls, 2005).

O modelo de controlo e poder, assume já questões diretamente relacionadas com a relação entre o casal, nomeadamente a relação de poder que estes assumem. Assim, segundo esta perspetiva, são as diferenças de poder entre o casal que estão na origem da VPI, e não apenas as questões das diferenças de género. Mediante esta perspetiva, a VPI pode decorrer da perceção de poder, mas também da sua ausência (Woodin & O'Leary, 2009).

Estas relações de poder refletem-se também a nível social, nas diferenças entre o nível socioeconómico e, nas diferenças étnicas, e integram também a dimensão patriarcal da sociedade; o que tem sido estudado em termos de impacto na ocorrência de VPI (Jewkes, 2002; Krishnan, 2005; Levinson, 1989). Uma outra variável que tem sido estudada é a relevância do estatuto social como fator de risco para a ocorrência de VPI (Ellsberg et al., 2000; Gonzales-Brenes,

2004; Krishnan, 2005), porém esta associação não foi claramente definida, principalmente nos termos da sua direção (Lawoko, Dalal, Jiayou, & Jansson, 2007).

Uma das maiores críticas feitas a estes modelos prende-se com a existência de pouco suporte empírico, para além de que as meta-análises feitas aos fatores apresentados indicam que estes têm menos relevância para a compreensão da VPI, do que fatores mais relacionados com comportamento individual (Stith, Smith, Penn, Ward, & Tritt, 2004).

Os modelos interpessoais, fundamentam-se na premissa de que a ocorrência de VPI decorre, essencialmente, das características da relação entre os sujeitos. Em concreto, da tensão que emerge dessa relação; sendo um dos exemplos mais referidos a influência dos conflitos familiares. A observação empírica de que, em grande parte dos casos, as agressões entre o casal são mútuas, apresenta-se como grande suporte destes modelos (O'Leary, Slep, Leaf, & Cascardi 2008; Straus & Ramirez, 2007).

A existência de conflitos, a insatisfação mental e a ineficácia na comunicação constituem-se assim, segundo estes modelos, como principais fatores de risco na VPI (Almeida, 2013).

No entanto, os modelos explicativos mais difundidos e usados na compreensão da VPI, centram-se na dimensão intrapessoal do fenómeno. Estes modelos focam-se nas diferenças individuais que aumentam a vulnerabilidade a fenómenos de VPI, incidindo maioritariamente na personalidade dos sujeitos e nas suas experiências prévias. Relativamente a estas diferenças individuais, foi já apontado e amplamente estudado, o efeito de risco da exposição na infância a fenómenos de VPI (Bensley, Eenwyk, & Simmons, 2003; Gage, 2005; Jewkes et al., 2002; Jeyaseelan et al., 2004; Koenig, Stephenson, Ahmed, Jejeebhoy, & Campbell, 2006; Lipsky, Caetano, Field, & Larkin, 2005). Decorrentes também destes modelos surgem investigações que se focam em variáveis comportamentais, sendo que o abuso de álcool e drogas foi nesse sentido apontado como fator de risco da VPI (Hoffman, Demo, & Edwards, 1994; Kantor, 1993; Krishnan, 2005).

No domínio dos modelos intrapessoais, uma das teorias explicativas mais difundidas incide na transmissão intergeracional da violência e na aquisição destes modelos de comportamento por parte das gerações mais novas, através da exposição e conseqüente aprendizagem. Esta abordagem assenta na teoria da aprendizagem social (Bandura, 1969, 1977), e pressupõe que as crianças submetidas a fenómenos de violência entre os pais, são alvos dessa mesma violência, aprendendo assim que a violência é um modo adequado de comportamento e de resolução de conflitos no seio das relações interpessoais, repetindo-o na sua vida adulta e nos seus relacionamentos futuros (Egeland, 1993). A aplicação desta teoria à compreensão etiológica da VPI tem encontrado, ao longo das décadas, suporte empírico em diversos estudos, que apontam a importância da vivência ou observação de comportamentos violentos no seio familiar e para o uso da violência como comportamento legítimo no seio de uma relação (Alexander et al., 1991; Barnett et al., 1995; Caetano et al., 2000; Ehrensaft et al., 2003; Gayford, 1975; Kalmuss 1984; Kwong et al., 2003;

Roberts et al., 2010; Rosenbaum & O'Leary, 1981; Roy, 1977; Stith et al., 2000; Straus et al., 1980).

Apesar da importância destes estudos e das suas conclusões, Holtzworth-Munroe et al. (1997), na revisão de literatura que efetuaram, observaram que as correlações entre a prevalência de violência na família de origem e a manutenção do mesmo comportamento nas relações de intimidade são, de maneira geral, fracas. Estes autores colocaram a hipótese desta relação poder ser mediada por outras variáveis relacionadas com as qualidades das relações interpessoais no sistema familiar.

Esta hipótese foi igualmente colocada por outras investigações que abordaram um maior volume de variáveis familiares (Corvo, 1997; Sheridan, 1995), sendo que algumas das mais proeminentes se relacionam com a teoria da vinculação

Neste sentido, Corvo (2006) estudou a importância de variáveis derivadas de elementos centrais na Teoria da Vinculação (separação, negligência, comportamento errático, etc.), no modo como a família de origem influencia os sujeitos nas suas características interpessoais e na sua tendência para serem violentos no seio de uma relação de intimidade. Os resultados sugerem que a transmissão intergeracional da violência não decorre essencialmente de processos de aprendizagem social, mas antes de uma interação complexa entre diversas condições e fatores do contexto familiar. Entre estes fatores o autor destaca a importância de eventos de separação e perda, e de modo geral, de eventos disruptivos dos processos de vinculação.

Assim, e como Corvo (2006) refere, as variáveis derivadas da teoria da aprendizagem social podem explicar apenas uma parte dos efeitos da transmissão intergeracional da violência, sendo que a literatura focada no abuso infantil e na violência entre jovens sugere a necessidade de incluir uma outra perspetiva teórica na compreensão da transmissão intergeracional de comportamentos disfuncionais e violentos. Neste sentido, autores como Zeanah e Zeanah (1989) sugerem que a aplicação da teoria da vinculação nesta temática permite abordá-la de um ponto de vista mais holístico e mais abrangente; deslocando o foco das investigações da transmissão da violência *per se* e passando a analisar as qualidades das relações entre os sujeitos envolvidos.

Recentemente, têm também sido desenvolvidos estudos sobre a importância das variáveis genéticas/biológicas e da sua interação com o ambiente contextual na determinação do comportamento humano. Grande parte destes estudos têm sido orientados pela premissa de que alguns indivíduos apresentam variantes genéticas, que os tornam mais vulneráveis a condições sociais adversas, pressupondo que esta etiologia genética será tanto a causa da referida vulnerabilidade, como também da capacidade destes indivíduos retirarem maiores benefícios do suporte contextual – designando-se este fenómeno de *suscetibilidade diferencial* (Belsky & Pluess, 2009; Ellis, Boyce, Belsky, Bakermans-Kranenburg, & van Ijzendoorn, 2011; Simons et al., 2013).

De facto, grande parte dos estudos confirmatórios desta hipótese surgem no contexto da influência da parentalidade no desenvolvimento das crianças e adolescentes, evidenciando que as variações genéticas interagem com os

modelos parentais segundo o modelo da *suscetibilidade diferencial*. São assim definidas diversas variações comportamentais, como problemas de conduta e depressão (Belsky & Pluess, 2009), atribuições hostis enviesadas, como a raiva crónica e agressividade (Simons et al., 2011, 2012), sistemas de autorregulação (Belsky & Beaver, 2011), comportamento pró-social (Knafo, Israel, & Ebstein, 2011), e estilos de vinculação (Bakermans-Kranenburg & van Ijzendoorn, 2007).

São diversos os estudos que indicam que as práticas parentais predizem a hostilidade da criança, e mais tarde desta em relações adultas (e.g., Stith, Rosen, Middleton, Lundeberg, & Carlton, 2000). No entanto, esta associação é nas palavras de Simons et al. (2013) “modesta”.

A partir do modelo da suscetibilidade diferencial, Simons et al. (2013) trabalharam a problemática da VPI, procurando observar as consequências das variações no gene dos recetores do ácido gama-aminobutírico (GABRA2), na suscetibilidade à influência contextual, tendo como base a relação entre a qualidade dos cuidados parentais recebidos enquanto criança e a futura hostilidade face a um parceiro romântico. Nesta investigação longitudinal procurou-se testar a hipótese de que a qualidade dos cuidados parentais interage com o gene GABRA2, que por sua vez influencia o ajustamento da criança ou adolescente ao meio contextual, e mais concretamente a interação com futuros parceiros românticos – procurando também assim confirmar a *perspetiva da suscetibilidade diferencial*. Os resultados confirmaram esta hipótese, demonstrando que este gene influencia efetivamente a sensibilidade dos jovens ao ambiente, sejam estas influências contextuais positivas ou negativas. As suas variações são, também, moderadas pela qualidade dos cuidados parentais.

No que diz respeito ao presente trabalho, estes resultados fundamentam a premissa de que o modelo parental, e a qualidade das relações primárias, influenciam (direta ou indiretamente) o modo como os indivíduos abordam a dimensão conflitual de relações conjugais futuras (violentamente ou não). É também com base nesta premissa que muita investigação tem sido focada na compreensão da influência de antecedentes desenvolvimentais na ocorrência de VPI, dando maior ênfase ao *background* relacional e afetivo dos sujeitos envolvidos neste problema.

Com base nesta dimensão mais relacional e afetiva, Covell, Huss e Langhinrichsen-Rohling (2007) analisaram a relação entre as capacidades empáticas dos agressores e o tipo de violência perpetrada. Concluíram que na compreensão psicológica da violência, a empatia surge, normalmente, como um antagonista da agressão, sendo que a presença de um invalida a presença do outro. Assim, a estimulação das capacidades empáticas dos agressores têm sido associadas a uma redução dos comportamentos violentos (Eisenberg & Fabes, 1990; Feshback, 1978; Iannotti, 1978), e a empatia tem sido relacionada com constructos mediadores do comportamento violento, como o aumento do controlo pulsional (Scully, 1988), a redução de distorções cognitivas (Abel et al., 1989) e o aumento da autoestima (Marshall & Turner, 1985).

No entanto, os autores procuraram também relacionar diretamente as qualidades empáticas dos agressores com o tipo de violência exercida por estes, indo para além da conceção da empatia como fator terapêutico (e em falta nestes

sujeitos) e concebendo estas qualidades empáticas como parte do problema. As conclusões obtidas apontam para a diferenciação de diversos componentes dos processos empáticos e da sua relação com tipologias diferentes de VPI (Covell, Huss, & Langhinrichsen-Rohling, 2007), o que por sua vez realça a importância da dimensão desenvolvimental e relacional na estruturação de padrões de respostas violentos entre parceiros íntimos. A empatia surge assim associada a constructos como as capacidades sociais, a capacidade de regulação emocional e a vinculação; de outro modo, abrem-se as portas para a compreensão da VPI, como resultado de fatores internos e emocionais e em direta relação com as qualidades interpessoais e relacionais dos sujeitos.

De facto, a análise do problema da VPI à luz da estruturação e estabilidade emocional dos sujeitos envolvidos parece trazer grandes benefícios à compreensão do fenómeno. Uma vez que, mantendo presentes todas as conclusões retiradas de outras linhas de investigação, oferece uma certa compreensibilidade “dinâmica” e integradora, que permite afastar algumas mistificações e recoloca o problema na seguinte questão: qual o significado (em termos internos, dinâmicos e pessoais) dos comportamentos violentos face ao parceiro conjugal?

Exemplo disso é a investigação desenvolvida por Gormley (2005), onde, partindo das similaridades na prevalência da VPI entre géneros (Archer, 2000, 2002), se procurou compreender estas à luz da teoria da vinculação, e da influência destes processos na prevalência ou ausência de comportamentos abusivos face ao parceiro íntimo. De facto, a assunção de uma similaridade entre sexos na prevalência da VPI suscitou bastantes questões, sendo que até aí era aceite socialmente que os homens tendem mais para os comportamentos abusivos numa relação conjugal do que as mulheres (Dasgupta, 2000; Saunders, 2002). Uma das conclusões retiradas do estudo de Gormley (2005), foi a de que grande parte da população inquirida apresenta uma orientação para processos vinculativos inseguros e que, nesses casos, tanto as mulheres como os homens correm os mesmos riscos de se tornar abusivos e agressores (físicos ou psicológicos) no seio de uma relação íntima.

Para além da importância desta conclusão em termos sociais e culturais, fica também o registo de que sendo este um problema intrinsecamente relacional, a sua compreensão aumenta quando a análise se estende à dimensão interna e emocional dos sujeitos, passando o foco para as diferenças individuais menos em termos biológicos e físicos, e mais em termos psicológicos e emocionais.

É neste sentido que o estudo de Gormley (2005) parece ser um bom exemplo, isto é, de como a análise das dimensões mais internas dos sujeitos, nomeadamente aquelas relacionadas com as capacidades relacionais e emocionais, pode trazer grandes benefícios na compreensão e integração de outros resultados e conclusões retiradas de outras linhas de investigação.

Nas suas palavras, “A teoria da vinculação no adulto adapta-se de modo único ao estudo da VPI, porque descreve as diferenças individuais face às expectativas, às estratégias de regulação emocional e ao comportamento no seio de uma relação romântica.” (Gormley, 2005, p. 785).

Resta apenas referir que estas diferenças individuais são a base da imensa complexidade e heterogeneidade do fenómeno de VPI, e é nesse sentido que foram também desenvolvidos modelos que pudessem enquadrar todas estas diferenças num único modelo compreensivo; são estes os modelos integrativos ou ecológicos. O grande objetivo destes modelos passa pela conciliação e descrição de todos os fatores de risco que contribuem para a VPI, articulando e integrando os diferentes modelos atrás referidos. Para isso, define a existência de diferentes sistemas que interagem entre si e criam (ou não) condições para a ocorrência de VPI. O número exato de sistemas varia ligeiramente segundo os autores, parecendo ser quatro o número mais comum (Dahlberg & Krug, 2002; Heise, 1998; Oetzel & Duran, 2004; Woodin & O'Leary, 2009). Assim, os sistemas normalmente referidos são: sistema intrapessoal ou individual, microsistema ou sistema interpessoal, exossistema ou sistema institucional e microsistema ou sistema social.

Apesar de serem modelos que apresentam grandes possibilidades de desenvolvimento e de se apresentarem como pertinentes uma vez que funcionam de um ponto de vista holístico; apresentam várias falhas ao nível da sua capacidade de descrição das interações entre os fatores de risco de cada sistema, e dos sistemas entre si. Falhando, por exemplo, no enquadramento de fatores situacionais como os consumos de substâncias e o *stress* (Almeida, 2013).

Teoria da Vinculação e VPI

O estudo da VPI assenta na compreensão das dinâmicas interpessoais do casal, principalmente na sua dimensão conflitual (interna e externa), e de angústia. Assim, compreender a etiologia da VPI implica também a compreensão das qualidades internas e subjetivas de cada indivíduo, que lhe permitem resistir à angústia e procurar uma resolução adaptativa (ou não) de situações de conflito interpessoal.

A capacidade para os sujeitos resolverem e elaborarem os conflitos (internos ou externos) de forma adaptativa, está dependente dos recursos internos (cognitivos e emocionais) dos sujeitos. No enquadramento apresentado pela Teoria da Vinculação (Bowlby, 1988), estes recursos são moldados e influenciados pelas qualidades das experiências interpessoais precoces.

Este é um referencial teórico que cruza diversas áreas da investigação psicológica, sendo bastante importante em linhas como a da psicologia desenvolvimental, ou da investigação psicanalítica. No entanto, como aponta Hardy (2007), surgem algumas diferenças na aplicação desta teoria a diferentes áreas (como as referidas), sendo, no entanto, transversal a ideia de que os “modelos internos”, ou “representações internas do *self* e objeto”, se constituem como referentes, ou “guias” inconscientes, nas relações de proximidade; sendo eles próprios resultado das qualidades e características das primeiras relações de proximidade do sujeito.

A Teoria da Vinculação pode, portanto, fornecer um importante referencial teórico na análise dos processos desenvolvimentais do aparelho psíquico, da personalidade, e das funções sociais e interpessoais. Constitui,

assim, um importante instrumento na compreensão etiológica de comportamentos específicos como, por exemplo, comportamentos violentos e/ou abusivos no seio de uma relação de intimidade.

A ideia de que as relações amorosas podem ser consideradas como processos de vinculação foi já avançada por Hazen e Shaver (1987, citado por Rapoza & Baker, 2008), tendo sido apontado que variações nas experiências relacionais precoces produzem diferenças relativamente duradouras nas relações subsequentes. Assim, segundo Hazen e Shaver (1987), os estilos de vinculação na infância deverão manifestar-se nas relações amorosas do adulto.

São as qualidades das relações de proximidade com os cuidadores que moldam a formação destes “modelos internos” ativos nas relações de proximidade (Bowlby, 1988) e uma vez que todo o indivíduo apresenta uma necessidade intrínseca de se relacionar (e de se vincular), estes processos vinculativos desenvolvem-se independentemente do tipo de respostas e interações que ocorrerem, classificando assim a vinculação em relação às suas qualidades, e não às suas quantidades (Main, 1996).

Partindo deste ponto, a compreensão da relação entre os processos vinculativos e a disfuncionalidade no seio das relações íntimas (ao nível da perpetuação de qualquer tipo de violência), implica também a compreensão dos processos de desenvolvimento e estruturação psíquica dos sujeitos envolvidos, partindo desde logo das primeiras experiências interpessoais, principalmente com os cuidadores. Entre estes processos desenvolvimentais, as qualidades destas primeiras relações de proximidade afirmam-se como fundamentais no referido desenvolvimento, uma vez que assumem uma função basilar de mediação entre as necessidades internas dos sujeitos, e a realidade contextual e ambiental no qual estes se inserem (que pode ser ou não responsiva às suas necessidades).

Sucintamente, e partindo das conceções iniciais apresentadas por Bowlby (1988), a vinculação, enquanto constructo metodológico e conceptual, refere-se à influência da qualidade das relações entre crianças e cuidadores, na conseqüente estruturação de representações mentais (ou “modelos internos dinâmicos”) acerca dos outros e de si próprio (*self*). Estes “modelos internos dinâmicos” funcionam, então, como esquemas cognitivos e sociais que medeiam as relações interpessoais desses sujeitos, caracterizando assim o seu “estilo vinculativo”, ou seja, as suas qualidades internas que são ativadas nas relações.

Assim, a necessidade mais básica dos sujeitos, desde que entram em interação com a realidade que os rodeia (em termos emocionais e psicológicos), passa pela manutenção de sentimentos de segurança e conforto face a uma figura vinculativa, que se encontre disponível para responder e satisfazer estas necessidades (Ainsworth, 1989; Cassidy, 2008; Johnson, 2008). No entanto, quando não existe uma figura que possa exercer esse papel “contentor” (Bion, 1962), ou quando essa figura é incapaz de o exercer satisfatoriamente, o sistema vinculativo do sujeito é estimulado a procurar incessantemente as respostas pretendidas de forma progressivamente mais extremada e desadequada, tentando restabelecer o sentimento de segurança interna (Babcock et al., 2000; Bowlby, 1984; Cassidy, 2008).

Isto corresponde àquilo que se designa como “ativação do sistema vincutivo”, que aumenta em função dos níveis de *stress* interno, ou de ameaças externas. Nestas situações, o estado emocional dos sujeitos altera-se, instalando-se progressivamente intensos afetos negativos sentidos internamente pelos sujeitos como sinais de perigo. Para além disso, quando essa ameaça se confirma, ou seja, quando a figura vincutiva se encontra ausente ou indisponível, surgem sentimentos de raiva e tristeza que passam a “dominar” a realidade interna destes sujeitos (Solomon & George, 1999).

No entanto, os tipos de resposta a esta “insuficiência vincutiva” e os modos como os sujeitos procuram restabelecer o equilíbrio interno diferem entre estes, levando os autores a conceptualizarem diferentes tipos de “estilos vincutivos”. Estes “estilos vincutivos” designam então os padrões de resposta dos sujeitos à ausência ou indisponibilidade da figura vincutiva e as estratégias a que recorrem para restabelecerem os sentimentos de segurança e conforto internos (Brimhall & Schneider, 2014).

Hardy (2007), a partir da literatura existente, identifica quatro tipos de padrões vincutivos nas relações precoces: *seguro*, *evitante*, *resistente-ambivalente*, e *desorganizado-desorientado*.

No estilo vincutivo seguro, observa-se uma tendência para reclamar o afastamento da figura de vinculação e uma procura de reconquista da proximidade assim que possível. O estilo evitante envolve comportamentos e atitudes que evocam sentimentos de rejeição e abandono, caracterizando-se pelo evitamento da figura vincutiva. O estilo resistente-ambivalente caracteriza-se pela intensidade com que a figura do cuidador é sentida e percebida pela criança, desenvolvendo-se uma ambivalência face ao mesmo, que é procurado e rejeitado alternadamente. O estilo desorganizado é normalmente exibido por crianças que foram mal tratadas pela sua figura de vinculação, sendo associado a comportamentos conflituais e maladaptativos.

Todos estes estilos vincutivos, estando assentes nos modelos internos atrás referidos, funcionam como “guias heurísticos” (Scott, Levy, & Pincus, 2009) ou “scripts procedimentais” (Johnson, 2004), que orientam as relações sociais e as conceptualizações do *self* dos sujeitos na idade adulta.

Por outras palavras, estes modelos internos permitem a perpetuação de padrões de resposta mais, ou menos, disfuncionais, principalmente no que às relações de intimidade diz respeito, sendo neste sentido que Hazen e Shaver (1987), a partir da compreensão de que as qualidades das relações precoces seriam “transpostas” para as relações amorosas, apresentam também um modelo constituído por três estilos de vinculação no adulto: (a) *vinculação segura*, caracterizada pelo conforto com a proximidade e dependência do outro; (b) *vinculação evitante*, caracterizada pelo desconforto com a proximidade e intimidade, e pela dificuldade em confiar no outro, sendo assim mantida a distanciação emocional; (c) *vinculação ansiosa*, caracterizada pelo medo excessivo de abandono e extrema sensibilidade à rejeição, refletindo uma imensa preocupação pela disponibilidade da figura vincutiva

O presente estudo enquadra-se neste modelo, uma vez que são avaliadas as duas dimensões básicas dos processos de vinculação insegura, nomeadamente

o evitamento e a ansiedade.

Ainda no contexto dos processos vinculativos em relações amorosas, Bartholomew (1990, citado por Henderson et al., 2005) identifica também diferentes estilos de vinculação no adulto, aprofundando as qualidades e diferenciação entre os mesmos: *vinculação segura*, onde o sujeito tem uma visão positiva de si mesmo e dos outros, caracterizada pela capacidade para estabelecer e manter relações íntimas, sem perder a individualidade; *padrão de vinculação amedrontado*, onde o sujeito tem uma visão negativa do si mesmo e dos outros, e evita a intimidade pelo medo da rejeição; *padrão de vinculação preocupado* onde o sujeito tem uma visão negativa de si mesmo e positiva dos outros, apresentando uma excessiva dependência do amor e aprovação dos outros, e um envolvimento excessivo nas relações de proximidade; *padrão de vinculação desinvestido*, onde o sujeito tem uma visão positiva de si mesmo e negativa dos outros, apresentando uma exagerada autoconfiança e minimizando a importância das relações de intimidade, acabando por evitá-las (Henderson et al., 2005).

Nas últimas décadas, têm surgindo diversos estudos que apontam precisamente para uma certa continuidade e relação entre os padrões vinculativos entre criança-cuidador e o desenvolvimento de competências sociais e emocionais na infância e nas fases posteriores de desenvolvimento, incluindo a idade adulta (Bretherton, 1985; Belsky & Cassidy, 1994). Estes modelos internos e relacionais são, no entanto, passíveis de serem alterados ao longo da vida dos sujeitos, quer por força de circunstâncias externas excepcionais, quer pela influência de alterações significativas nas relações dos sujeitos como, por exemplo, uma relação psicoterapêutica. Segundo Bartholomew e Allison (2006), o conhecimento das estratégias vinculativas pré-existentes é essencial para compreender o complexo fenómeno da VPI.

Podemos encontrar alguns estudos que apontam uma ligação entre estilos vinculativos e violência nas relações de intimidade. Algumas das conclusões foram: estilos vinculativos baseados na preocupação, no desprezo e no medo, estão mais presentes em homens violentos do que em homens não violentos (Babcock et al., 2000; Dutton, Saunders, Starzomski, & Bartholomew, 1994). No mesmo sentido, estilos baseados na preocupação e no medo estão sobrerrepresentados em mulheres abusadas/violentadas (Henderson, Bartholomew, & Dutton, 1997); estilos vinculativos marcados pela preocupação foram também positivamente correlacionados simultaneamente com a perpetração e com o sofrimento de violência, tanto em homens como em mulheres (Doumas, Pearson, Elgin, & McKinley, 2008; Henderson et al., 2005).

Paiva e Figueiredo (2003) identificam os estilos de vinculação insegura como potenciais fatores de risco da VPI, sendo que as qualidades ansiógenas dos processos vinculativos têm vindo a ser associadas a uma maior propensão à agressão física do parceiro(a) íntimo(a) durante situações de tensão (Davis, Schafer, & Vernon, 2003 citado por Rapoza & Baker, 2008). Diversos estudos identificam mesmo uma relação entre a vinculação ansiosa e a perpetração de abusos físicos e psicológicos (Henderson, Bartholomew, Trinke, & Kwong, 2005; Orcutt, Garcia, & Pickett, 2005; Rapoza & Baker, 2008).

Apesar de não haver um consenso claro entre os investigadores acerca de influência dos processos vinculativos precoces nas relações de intimidade do adulto, parece transversal a ideia de que o estudo da VPI (e numa abordagem mais geral, a compreensão dos comportamentos violentos no sujeito adulto) sai beneficiado pela compreensão do desenvolvimento destes mesmos processos na infância, isto é, na criança que o precedeu.

Neste sentido, destacamos o estudo de Dutton et al. (1994), onde os autores estabelecem um paralelo entre episódios de violência de homens agressores e protestos de raiva de uma criança quando separada da figura vinculativa. Evidenciam que estes comportamentos surgem quando existe a possibilidade de perda da figura de vinculação, tendo como objetivo o retorno dessa mesma figura (Dutton et al., 1994 citado por Henderson et al., 2005). Mayseless (1991) argumenta também que a VPI é uma expressão do sistema de vinculação em relações amorosas similar a protestos de raiva, observados em crianças separadas dos progenitores (Mayseless, 1991, como referido em Gormley, 2005)

De forma geral, é aceite a premissa de que crianças com comportamentos violentos e/ou agressivos persistentes têm maiores probabilidades de se tornar adultos agressivos e/ou antissociais (Côté, Vaillancourt, Barker, Nagin, & Tremblay, 2007; Gallo & Williams, 2005; Gomide, 2003; Mercer, McMillen, & DeRosier, 2009; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini, & Hutz, 2005).

É, no entanto, de ressaltar que a manifestação de comportamentos agressivos na infância tem também uma função adaptativa e funcional (Pellegrini, 2008; Roseth et al., 2007), sendo assim distinguidas manifestações agressivas transitórias e manifestações agressivas estáveis (Picado & Rose, 2009).

De um ponto de vista dinâmico, a prevalência e a exteriorização de atitudes e sentimentos agressivos na infância estão diretamente relacionadas com a estruturação de uma personalidade subjetiva, ou seja, com os processos de individuação e todos os conflitos internos (e externos) que o acompanham. Assim, em muitas das crianças o recurso a este tipo de estratégias interpessoais e a prevalência de sentimentos negativos e agressivos diminui à medida que a criança vai adquirindo outros instrumentos (cognitivos e emocionais), que lhe permitem uma interação mais adaptativa com a sua realidade contextual; destacam-se a capacidade de regulação emocional e o uso da linguagem como forma de comunicação e expressão interna (Szelbracikowski & Dessen, 2005). Neste sentido, Tremblay (2000) chega mesmo a referir que os indicadores de externalização de atitudes e sentimentos agressivos em crianças com menos de 6 anos podem funcionar como preditores de possíveis dificuldades.

Naturalmente, a compreensão da prevalência e manutenção de comportamentos e atitudes agressivas maladaptativas na infância, implica a análise da influência do sistema ambiental (familiar) onde esta se insere. A família pode assim funcionar como um elemento protetor ou como um fator de risco (Dessen & Braz, 2005)

Diversos estudos discriminam e analisam esta influência, destacando-se o trabalho de Paquette (2004), apresentando a Teoria da Relação de Ativação.

Esta teoria pressupõe que as funções paternas e maternas são complementares, permitindo um desenvolvimento estável e integrado da criança, principalmente ao nível emocional; por exemplo, através do desenvolvimento de habilidades competitivas com o pai e habilidades de cooperação com a mãe. Segundo este modelo teórico, é na relação com o pai que será estimulada a capacidade de regulação emocional (nomeadamente ao nível da agressividade), uma vez que são integrados conceitos como a disciplina, e são “encenadas” simulações de situações de risco e de confronto/competição (Paquette, 2003).

O estudo de Gomes, Crepaldi e Brigas (2013), avalia precisamente a influência e os efeitos da figura paterna na regulação da agressividade em crianças de idade pré-escolar. As conclusões apresentadas apontam para a confirmação da Teoria da Relação de Ativação, e demonstram que, de facto, o nível de envolvimento paterno se relaciona negativamente com a expressão de agressividade em crianças de idade pré-escolar, principalmente ao nível do seu relacionamento com os pares.

Para além disso, concluiu-se também que o nível de envolvimento paterno na parentalidade favorece a estruturação de um ambiente familiar estável e acolhedor, o que favorece o comportamento pró-social, e que pode também ajudar a explicar os resultados apresentados (Gomes, Crepaldi, & Brigas, 2013). Outros estudos, confirmam também que o envolvimento positivo de ambos os pais se pode afirmar como um fator protetor no sentido da integração e externalização adaptada da agressividade infantil (Szelbrackowski & Dessen, 2005; Tremblay, 2008).

Apesar de não ser vasta a investigação focada na relação direta entre as qualidades dos processos de vinculação na infância e as qualidades das futuras relações de intimidade desses sujeitos, existem diversas investigações (como as apresentadas anteriormente) que apontam para a influência dos modelos parentais e da qualidade dessas relações de vinculação, no desenvolvimento de capacidades sociais e emocionais. Estas capacidades, por sua vez, estão diretamente relacionadas com a capacidade de resolução de conflitos e com a qualidade das relações interpessoais (principalmente, nas relações de intimidade).

Assim, este estudo procura aprofundar estas relações, focando essencialmente as qualidades mais primárias das principais relações de intimidade dos participantes (designadamente ao nível das atitudes perante relações de proximidade).

Psicopatologia e crenças normativas na VPI

Num plano mais secundário, este estudo procura também analisar a relação entre outras características internas e subjetivas do sujeito e o modo como lidam com os conflitos conjugais; nomeadamente, as características psicopatológicas e as representações mentais sobre o fenómeno da VPI. Posteriormente, é avaliado o efeito destas variáveis na relação hipotetizada, isto é, entre a vinculação e a ocorrência de VPI. Neste sentido, a partir do estudo da vinculação podemos compreender algumas disfunções comportamentais que se

encontram diretamente relacionadas com a prevalência de problemas psicopatológicos específicos, e que, por sua vez, podem (ou não) estar relacionados com a prevalência de VPI.

Bersani et al. (1992), por exemplo, ao avaliarem algumas características psicológicas de sujeitos agressores, concluíram que os primeiros apresentam níveis elevados de ansiedade e depressividade, uma tendência para serem dominantes e hostis, e uma baixa capacidade de controlo dos impulsos, principalmente ao nível da expressão externa da raiva.

Os quadros psicopatológicos mais relacionados com a VPI, considerados fatores de risco desse fenómeno, são: depressão, perturbações de *stress* pós-traumático e perturbações de personalidade *borderline* e antissocial (Aldarondo & Castro-Fernandez, 2011; Almeida & Soeiro, 2010; Dahlberg & Krug, 2002; Riggs, Caulfield & Fair, 2009; Rosenberg et al., 2006).

Tem também sido muito estudada a relação entre a psicopatia e o comportamento violento, no entanto, a compreensão mais específica desta relação no contexto familiar/íntimo, não está bem explicitada e carece de uma maior exploração (Fernández-Montalvo & Echeburúa, 2008)

De qualquer modo, Almeida (2013) critica estas relações como elemento justificativo da VPI, porque ainda que exista uma elevada prevalência de quadros psicopatológicos específicos nos casos de VPI, estes mesmos quadros não explicam a ocorrência de VPI na restante população.

De modo complementar, têm sido realizadas investigações que procuram analisar a eventual relação entre traços da personalidade que, não sendo considerados como psicopatológicos, podem estar relacionados com a prevalência de VPI. Neste contexto, a agressividade tem sido uma das características associadas à VPI. No entanto, apesar da natural assunção de que quanto mais agressivo um sujeito é, maior tendência terá para ser violento, investigações recentes têm demonstrado que a ocorrência de VPI é mais provável quando à agressividade se associam fatores que estimulam o impulso violento (e.g. provocação), ao mesmo tempo que os sujeitos não possuem os recursos necessários para inibir o impulso, como acontece, por exemplo numa situação de *stress* (Finkel et al., 2012). Características como a capacidade de regulação emocional e as competências comunicacionais e interpessoais têm também sido consideradas como fatores de risco da VPI (Almeida, 2013). Em termos de regulação emocional, por exemplo, foi identificado que a raiva e o humor depressivo são mais comuns em homens violentos do que em homens não violentos (Maiuro, Cahn, Vitaliano, Wagner, & Zegree, 1988). O humor depressivo associa-se também a uma sensação de falta de poder que, segundo os autores, os sujeitos tentam combater recorrendo à VPI como forma de alcançar esse “controlo” (Alves & Diniz, 2005; Casimiro, 2002; Rosa, 2008; Winck, 2007). De facto, a perda deste “controlo” ao nível interno, e ao nível externo, está diretamente relacionada com a efetivação de VPI, uma vez que as capacidades de autocontrolo dos sujeitos funcionam como inibidores dos fatores que impelem à violência (Finkel, DeWall, Slotter, Oaten, & Foshee, 2009).

Por outro lado, a incapacidade de negociação e comunicação (Aldarondo & Castro-Fernandez, 2011; Riggs, Caulfield & Fair, 2009), o medo da traição e

o desejo de controlar e intimidar o parceiro (Alves & Diniz, 2005; Caridade & Machado, 2006; Diniz, Lopes, Gesteira, Alves, & Gomes, 2003; Winck, 2007), criam uma maior probabilidade de ocorrência de VPI.

De notar que todas estas características podem ser facilmente associadas a uma baixa autoestima e à presença de sentimentos de rejeição e abandono, que por sua vez se configuram como características essenciais de um estilo de vinculação insegura.

Sendo objetivo de base a compreensão alargada do fenómeno de VPI, e conseqüente discussão de hipóteses relativas à prevenção do fenómeno, torna-se essencial a perceção de como este fenómeno é abordado na sua forma mais superficial. Isto é, com vista ao desenvolvimento de alternativas preventivas (e não apenas paliativas), os modelos científicos de conhecimento devem ser articulados com as crenças do senso comum e com os modelos não-científicos de conhecimento, percebendo a sua influência na prevalência do fenómeno. Como Almeida (2013, p.21) refere, esta articulação permitirá “desenvolver programas ou estratégias de comunicação com vista a minimizar as concepções erradas e as lacunas nos conhecimentos dos leigos e, dessa forma, dotá-los das informações necessárias para se protegerem da VPI”.

O estudo do papel das crenças na orientação comportamental dos sujeitos é de facto bastante vasto, e não raras vezes aplicado à temática da violência (e.g., Crick & Dodge 1996; Huesmann 1988, 1998). Apesar de se enquadrar numa perspetiva mais cognitivista de compreensão dos comportamentos e atitudes individuais, esta linha de investigação fornece ao presente estudo uma importante contribuição, principalmente ao nível da descrição do processamento cognitivo de informação social, permitindo avaliar a influência, ou o “eco” interno, destas informações sociais e culturais no comportamento violento, mais especificamente na VPI.

Parte-se, assim, do conceito de crenças normativas para a avaliação dos efeitos destas concepções culturais e sociais na orientação moral e comportamental dos indivíduos. Huesmann e Guerra (1997) destacam os efeitos autorreguladores deste tipo específico de crenças, principalmente no que à adaptação social diz respeito. Estas estão relacionadas com a perceção das normas morais e sociais, podendo esta perceção ser enviesada ou não, ou seja, as pessoas parecem tender para basear a sua ação naquilo que julgam ser socialmente aceite. Para além disso, também a perceção do comportamento dos outros e a sensibilidade face ao mesmo pode ser influenciada por estas concepções cognitivas (Souza Filho et al., 2005).

De outro modo, a variabilidade da influência contextual na definição do comportamento individual é compreendida como resultado da ativação e intensificação das crenças individuais acerca de determinado comportamento e/ou atitude, e da natural variabilidade subjetiva (Bjorkvist, 1994; Giles, 2003).

A partir de uma perspetiva psicanalítica, o peso das referidas crenças ou representações internas na orientação comportamental (e a sua variabilidade), está intimamente relacionado com as características subjetivas do aparelho moral, ou Superegórico, de cada sujeito. De modo mais específico, a questão da influência contextual no comportamento é abordada como reflexo de uma

complexa rede de identificações e processos internos, referentes à diferenciação do mundo interno e externo do sujeito e da internalização da autoridade parental. Estes processos decorrem também das primeiras experiências relacionais, das suas qualidades e constante complexificação, pondo novamente a tónica na importância da(s) qualidade(s) das primeiras experiências relacionais na orientação do comportamento individual.

Para efeitos do presente estudo, a influência das premissas sociais e culturais na prevalência da VPI é analisada quantitativamente a partir do conceito de *crenças normativas*, tendo apenas como objetivo testar os potenciais efeitos de mediação desta dimensão mais social e consciente da realidade interna dos sujeitos na relação entre os processos de vinculação e a VPI. A dimensão psicopatológica, por outro lado, é também analisada em termos de efeitos de mediação na relação hipotetizada, isto é, entre as representações relativas à vinculação e a VPI

II. Objetivos

Este estudo surge no âmbito da investigação sobre o fenómeno da *violência entre parceiros íntimos* (VPI), e recorre à Teoria da Vinculação como referencial teórico da análise das origens e fatores de prevalência desse fenómeno.

A compreensão da VPI é enquadrada numa leitura que procura o esclarecimento das relações entre a perpetração de VPI e as qualidades dos processos vinculativos dos sujeitos agressores.

Tendo por base o estado atual dos conhecimentos relativos aos fenómenos de VPI e aos processos de vinculação, o trabalho agora desenvolvido assenta na exploração das relações entre estes constructos, procurando adicionalmente averiguar a influência de outras variáveis internas (*características psicopatológicas e crenças normativas sobre a violência conjugal*) nestas relações.

Os objetivos incluem:

- i. A análise das relações entre as *atitudes perante a proximidade* (*Experiências em Relações Próximas – ERP-ER*) dos participantes, e a *violência entre parceiros íntimos* (Escala de Violência nas Relações Íntimas – CTS-2).
- ii. A análise do potencial efeito mediador das *características psicopatológicas* dos participantes (BSI) na relação prevista entre as *atitudes perante relações de proximidade* (EVA; ERP-ER) e a *violência entre parceiros íntimos* (CTS-2).
- iii. A análise do potencial efeito mediador das *crenças normativas sobre a violência conjugal* dos participantes (ECVC), na relação prevista entre as *atitudes perante relações de proximidade* (EVA; ERP-ER) e a *violência entre parceiros íntimos* (CTS-2).

Neste contexto, é importante referir que, apesar da proximidade entre o

constructo “*atitudes perante as relações de proximidade*” e o conceito de “vinculação”, o primeiro é apenas usado como um “reflexo” do último, na medida em que a ele recorreremos como medida das qualidades subjetivas (e defensivas) dos sujeitos face a relações de proximidade (nomeadamente o evitamento e a ansiedade) não implicando, necessariamente, os “padrões de vinculação” tal como organizados na infância destes sujeitos.

Por outro lado, o modelo do presente estudo não pretende estabelecer uma relação causal e temporal clara entre os constructos, nomeadamente entre a “*violência entre parceiros íntimos*” e os constructos referentes a qualidades internas e subjetivas dos sujeitos (*atitudes perante as relações de proximidade; características psicopatológicas; crenças normativas sobre a violência conjugal*). Ao invés, pretende apenas analisar a relação entre estes constructos tal como podem ser vividos e expressos pelos participantes no momento da avaliação. Todas as variáveis aqui analisadas são, assim, consideradas contemporâneas e interdependentes, correspondendo à atualidade da dinâmica interna do sujeito.

III. Metodologia

Caracterização da amostra

Participaram um total de 191 sujeitos, com idades compreendidas entre os 17 e os 66 anos ($M = 25.6$; $DP = 8.3$), 65 dos quais do sexo masculino (34%), 126 do sexo feminino (66%), com uma escolaridade entre os 6 e os 20 anos ($M = 14.4$; $DP = 2.3$). Em termos socioeconómicos 21 participantes (11%) reportam rendimentos inferiores a 500€ mensais, 64 participantes (33.5%) reportam rendimentos entre 500€ e 1000€, 43 participantes (22.5%) reportam rendimentos entre 1000€ e 1500€, 26 participantes (13.6%) reportam rendimentos entre 1500€ e 2000€, e 28 participantes (14.7%) reportam rendimentos de mais de 2000€.

Instrumentos

O protocolo de investigação utilizado na presente investigação é constituído por um questionário de informação sociodemográfica e quatro escalas de autorresposta, nomeadamente: Experiências em Relações Próximas – Estruturas Relacionais (*ERP-ER*), Inventário de Sintomas Psicopatológicos (*Brief Symptom Inventory – BSI*), Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (*ECVC*) e Escala de Violência nas Relações Íntimas (*The Revised Conflict Tactic Scales – CTS-2*).

1.1 - Questionário sociodemográfico (Anexo 2)

Este questionário foi construído para o efeito específico desta investigação, incluindo as seguintes informações sobre os participantes: idade, sexo, estado civil e escolaridade, e valor estimado dos rendimentos económicos

mensais.

1.2 - Experiências em Relações Próximas – Estruturas Relacionais (ERP_ER; Anexo 3)

O ERP-ER (Moreira & Canavarro, 2012), decorre da validação do original *Experiences in Close Relationships-Relationships Structures* (Fraley, Heffernan, Vicary, & Brumbaugh, 2011), para a população portuguesa.

É composto por 9 itens classificáveis numa escala de Likert de 7 pontos (1 - “Discordo Totalmente”; 7 - “Concordo Totalmente”), retirados da versão anterior, *Experiences in Close Relationships-Revised - ECR-R* (Fraley, Waller, & Brennan, 2000). Fornece uma avaliação sumária e fiável do grau de ansiedade e evitamento relacionados com a vinculação, nas principais relações de proximidade dos participantes, relativamente a quatro tipos de relação: do sujeito com a mãe, com o pai, com o companheiro/a e com o seu melhor amigo/a. Avalia duas dimensões fundamentais da vinculação transversais a todas as medidas de autorrelato da vinculação (Moreira & Canavarro, 2012), nomeadamente a ansiedade relacionada com a vinculação (itens 1-6) e o evitamento relacionado com a vinculação (item 7-9).

Fornece medidas de ansiedade e evitamento relativamente a cada uma das relações avaliadas, mais uma medida global sobre o conjunto dos quatro tipos de relações avaliadas.

A análise psicométrica do instrumento revelou índices de *alphas de Cronbach* que variam entre .72 e .91, sugerindo uma consistência interna adequada.

1.3 - Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC; Anexo 4)

A ECVC (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006) permite a avaliação das crenças em relação à violência física e psicológica no contexto das relações amorosas. É constituída por 25 itens, classificáveis numa escala de Likert de 5 pontos (1- “Discordo totalmente”; 5- “Concordo Totalmente”), resultando numa pontuação total mínima é de 25 pontos e máxima de 125 pontos.

Da análise fatorial exploratória realizada foram extraídos quatro fatores, designadamente: Legitimação e banalização da pequena violência; Legitimação da violência pela conduta da mulher; Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas; Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar.

Os 25 itens da escala apresentam uma elevada consistência interna, apresentando um *alpha de Cronbach* de .93. No estudo original, os itens apresentaram também uma correlação com o total da escala entre .34 e .71, depois da eliminação de alguns itens.

1.4 - BSI - Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Anexo 5)

O BSI (Canavarro, 1999), decorre da validação do original *Brief Symptom*

Inventory (Derogatis, 1982) para a população portuguesa. Este inventário avalia sintomas psicopatológicos relativamente a nove dimensões sintomatológicas (Somatização, Obsessões-Compulsões, Sensibilidade Interpessoal, Depressão, Ansiedade, Hostilidade, Ansiedade Fóbica, Ideação Paranóide e Psicoticismo) e três Índices Globais (Índice Geral de Sintomas, Total de Sintomas Positivos, Índice de Sintomas Positivos), correspondendo estes a avaliações sumárias de perturbação emocional. É composto por 53 itens que formam as nove dimensões de psicossintomatologia avaliadas pelo instrumento. Os níveis de consistência interna para as nove escalas apresentam-se como elevados, expressos em valores de *alfa* que variam entre .71 e .85.

1.5 - Escalas de Violência nas Relações Íntimas Revistas (CTS-2; Anexo 6)

A CTS-2 (Paiva & Figueiredo, 2002), decorre da validação do original *The Revised Conflict Tactic Scales – CTS-2* (Strauss, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996), para a população portuguesa, e destina-se a avaliar o modo como os parceiros íntimos resolvem os conflitos conjugais, em concreto, se recorrem a estratégias de negociação ou de abuso.

Este instrumento é composto por 78 questões (39 pares de perguntas) destinadas ao participante e ao companheiro, o que permite obter dados relativos ao comportamento dos dois elementos da díade (*perpetração* e *vitimização*). Estes 39 pares de itens compõem assim cinco subescalas que medem: a negociação (emocional ou cognitiva), a agressão psicológica, a agressão física sem sequelas, a coerção sexual, e o abuso físico com sequelas.

Em relação a cada questão são apresentados oito categorias de resposta: as primeiras seis destinadas a avaliar a prevalência e a cronicidade da utilização de cada estratégia no último ano, e as restantes categorias destinadas a avaliar a sua prevalência global.

Em relação às qualidades psicométricas da CTS-2, a versão portuguesa (Figueiredo, 2006) apresenta valores de consistência interna para o autorrelato da perpretação e vitimização dos itens e subescalas que variam entre .78 e .50. Em relação à escala total, os *alphas de Cronbach* são de .79 para a perpretação, e de .80 para a vitimização.

Procedimentos de Investigação

O presente estudo desenvolve-se a partir de um desenho correlacional, *pós-factum*, com sujeitos da população geral.

A primeira fase do estudo consistiu na recolha de dados, tendo esta sido realizada de acordo com o método de inquérito por questionário autoadministrado. A escolha desta metodologia implica algumas desvantagens e algumas reservas nas conclusões assim obtidas; nestes casos, para além da possibilidade de interferência do fenómeno de desejabilidade social (Robson, 2002), podem surgir enviesamentos relacionados com características dos próprios participantes (e.g., motivação, memória, personalidade). No entanto, e

não obstante essas desvantagens, optou-se por esta metodologia tendo em conta o facto de permitir a confidencialidade dos dados (através da influência mínima do investigador) e a possibilidade de comparação dos resultados obtidos, decorrente da standardização da linguagem (Brewerton & Millward, 2001; Robson, 2012)

A amostra é de conveniência, e selecionada de acordo com dois critérios de inclusão (sujeitos com idade igual ou superior a 18 anos e envolvidos numa relação íntima e/ou amorosa) e um critério de exclusão (sujeitos com déficits sensoriais e/ou cognitivos ligeiros, moderados e severos).

O protocolo apresenta um tempo estimado de preenchimento de 30 minutos, e foi entregue na íntegra aos participantes com a garantia da confidencialidade e anonimato das suas respostas. Antes todos os participantes preencheram uma declaração de consentimento informado (Anexo 1). Uma vez que todos os questionários são de autorresposta, foi transmitida aos participantes a importância de responder a todos os itens, bem como a possibilidade de desistirem a qualquer momento. A ordem de apresentação dos questionários foi: Questionário Sociodemográfico, Inventário de Sintomas Psicopatológicos (*Brief Symptom Inventory*), Escalas de Violência nas Relações Íntimas (*Conflict Tactic Scales – CTS-2*), Experiências em Relações de Proximidade – Estruturas Relacionais (*Experiences in Close Relationships – Relationships Structures*), Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (*ECVC*).

Procedimentos Estatísticos

Após a recolha dos dados, e tendo em consideração os objetivos estabelecidos para o presente estudo, procedemos ao seu tratamento estatístico, mediante recurso ao programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences versão 20.0 for Windows), sendo os resultados apresentados na secção 4 – Resultados.

Com o objeto de testar as hipóteses formuladas, a opção pelo uso de testes paramétricos teve subjacente o número de efetivos amostrais. Segundo as orientações de Maroco (2007), uma amostra superior a 30 sujeitos é considerada como uma amostra grande e, assim, ultrapassado o mínimo exigível, qualquer potencial violação do pressuposto da normalidade não envia a inferência estatística (Pestana & Gageiro, 2008), sendo esse um número amostral suficiente para efetuar uma aproximação à distribuição normal.

Preliminarmente, e de modo a averiguar a diferença entre grupos procedeu-se a análises univariadas de variância (One Way ANOVA).

Foi utilizado o teste paramétrico de Pearson com vista à obtenção de matrizes de correlação, tendo sido utilizados os valores de referência propostos por Pestana e Gageiro (2008), designadamente: um quociente de correlação inferior a .20 reflete uma associação muito baixa; entre .21 e .39 uma associação baixa; entre .40 e .69 é considerada moderada; de .70 a .89 elevada e um valor maior do que .90 reflete uma associação muito elevada.

Procurando alcançar os segundos e terceiros objetivos, seguiram-se os procedimentos recomendados para a deteção de efeitos de mediação (Baron &

Kenny, 1986), considerando o efeito mediador de variáveis modificáveis (*changeable variables*) entre uma variável independente (VI) e uma variável dependente (VD). Averiguou-se o potencial efeito mediador de determinadas variáveis, avaliando se a sua presença afetaria a magnitude da relação entre a VI e a VD, aumentando ou diminuindo esta última (Abbad & Torres, 2002).

Para esse efeito recorremos ao modelo dos 4 passos (Kenny, 2014), onde primeiramente são considerados os pressupostos necessários para que as variáveis sejam consideradas mediadoras, e só depois é analisada a significância dessa mediação. Posto isto, foram realizadas: (i) regressão linear entre VI e VD (trajetória c) estabelecendo a presença de um efeito a mediar; (ii) regressão linear simples entre a VI e a variável mediadora, calculando o valor preditivo da primeira na segunda (trajetória a); (iii) regressão linear simples entre a variável mediadora e a VD, de forma a calcular o valor preditivo da primeira (trajetória b); (iv) regressão linear múltipla, de forma a calcular o valor preditivo da VI e da variável mediadora na VD (trajetória c'). Por último, foi calculado o teste de Sobel (1982) para testar a significância da mediação analisando a diferença entre o efeito total e o efeito direto.

Foram estudados os principais pressupostos referidos por Field (2000) relativos à operação de Análises de Regressões Múltiplas, nomeadamente: multicolineariedade, autocorrelação (avaliada através do teste de *Durbin-Watson*), a confirmação das suposições da linearidade, da homocedasticidade, e da normalidade dos resíduos, através da análise gráfica dos resíduos.

A adequação dos dados para as análises de regressão foi, primeiramente, tida em conta a orientação mais generalizada da existência de *peelo menos 15 sujeitos por* preditor (Field, 2000). É de notar que os casos *missing* não foram incluídos na análise.

Aferindo a possível existência de multicolineariedade entre as variáveis em estudo, foi também observada a matriz de correlações (Anexo 7), procurando identificar correlações entre as variáveis predictoras em estudo, superiores a .80 ou .90. Esta análise não apontou para a existência de correlações desta ordem, entre as variáveis analisadas pelo meio da regressão múltipla.

Foram também analisados outros diagnósticos de colineariedade, designadamente o *fator da inflação da variância* (VIF), onde foi seguida a orientação de Myers (1990), que sugere que valores iguais ou superiores a 10 são valores preocupantes face à possível existência de multicolineariedade; no entanto, os dados não reportam valores dessa ordem, podendo também por essa medida considerar a ausência de multicolineariedade. Quanto à análise da *tolerância* associada ao VIF, foram igualmente observados valores que apontam nesse sentido, enquadrando-se estes nas sugestões de Menard (1995) que valores abaixo de 0.2 são indicadores da possível presença de multicolineariedade.

De modo a poder assumir a independência dos resíduos, procedeu-se à análise dos valores do diagnóstico *Durbin-Watson*, que apontaram todos para a não existência de correlação entre resíduos, com valores enquadrados nas indicações presentes na literatura (Field, 2000).

Por outro lado, a análise gráfica dos resíduos demonstrou alguns desvios em relação aos pressupostos da homocedasticidade nas análises realizadas, ainda

que não se demonstrem como particularmente graves; por outro lado demonstram indicadores da presença de linearidade.

A avaliação da normalidade dos resíduos foi feita igualmente através da avaliação gráfica, na qual se verificaram alguns desvios da distribuição dos resíduos, embora não suficientemente graves para invalidar as conclusões assim obtidas. No entanto, devem naturalmente ser mantidas algumas reservas.

IV. Apresentação dos resultados

Diferenças entre sexos

Em relação à distribuição das variáveis foi seguido o pressuposto apresentado por Pestana e Gageiro (2008), de que um valor amostral superior a 30 possibilitaria por si só uma aproximação à distribuição normal.

As diferenças entre sexos avaliadas nas diferentes variáveis em estudo encontram-se reportadas em anexo (Anexo 8), onde podem igualmente ser encontradas as respetivas médias e desvios-padrão. Foram encontradas diferenças significativas entre géneros, e com um efeito elevado, nas variáveis: Evitamento, da escala ERP-ER (ERP_E); Legitimação e banalização da pequena violência, da ECVC (ECVC_P); Legitimação da violência pela preservação da vida familiar, da ECVC (ECVC_F); Total, da ECVC (ECVC_T); e Somatização, do BSI (BSI_S), apesar desta última apresentar um efeito bastante reduzido.

Correlações entre a Violência entre Parceiros Íntimos (CTS-2), Características Psicopatológicas (BSI), Crenças Normativas sobre a Violência Conjugal (ECVC) e Atitudes Perante as Relações de Proximidade (ERP-ER)

As correlações entre os diferentes instrumentos em estudo são apresentadas integralmente na matriz de correlações (Anexo 7). A análise desta matriz serviu para escolher as variáveis utilizadas nas análises posteriores, servindo para excluir dos estudos posteriores as variáveis que não apresentam correlações significativas. Neste sentido, ainda, a análise das correlações entre as 24 variáveis em estudo, evidenciou 190 correlações significativas. Naturalmente, as correlações mais elevadas verificaram-se entre variáveis correspondentes a fatores ou dimensões de um mesmo instrumento.

Predição das Atitudes nas Relações de Proximidade (ERP-ER) pela perpetração de Violência entre Parceiros Íntimos (CTS-2)

De forma a averiguar a capacidade preditora da perpetração de violência entre parceiros íntimos, sobre as atitudes face a relações de proximidade, foram efetuadas Análises de Regressões Lineares Simples, considerando como preditores, separadamente, as variáveis correspondentes à perpetração de qualquer forma de violência (subescalas P, A, S e I do CTS-2), e como *outcome* as dimensões Evitamento e Ansiedade do ERP-ER – sendo estas apresentadas

nas Tabelas 1 e 2. Para esse efeito não foi considerada a variável correspondente à subescala Negociação do CTS-2, uma vez que esta corresponde à perpetração de uma estratégia de resolução de conflitos não-violenta.

Tabela 1. Regressões Lineares Simples para as variáveis predictoras do Evitamento e da Ansiedade nas Relações de Proximidade (ERP_E; ERP_A)

Variáveis	B	SE	Beta	R ²	adjR ²	F	Sig (F)	t	p
<i>Outcome:ERP_E</i>									
CTS_P	0.073	0.033	0.157	.025	.020	4.767	.030	2.183	.030
CTS_A	0.085	0.030	0.200	.040	.035	7.828	.006	2.798	.006
CTS_S	0.192	0.055	0.247	.061	.056	12.204	.001	3.493	.001
CTS_I	0.207	0.063	0.232	.054	.049	10.723	.001	3.275	.001
<i>Outcome:ERP_A</i>									
CTS_P	0.174	0.055	0.224	.050	.045	9.930	.002	3.151	.002
CTS_A	0.108	0.052	0.151	.023	.018	4.377	.038	2.092	.038
CTS_S	0.031	0.034	0.067	.067	.004	0.849	.358	0.921	.358
CTS_I	0.325	0.106	0.218	.047	.042	9.368	.003	3.061	.003

Nota: CTS_P= prevalência global na subescala Agressão psicológica, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da perpetração; CTS_A= prevalência global na subescala Agressão física sem sequelas, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da perpetração; CTS_S= prevalência global na subescala Coerção sexual, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da perpetração; CTS_I= prevalência global na subescala Agressão física com sequelas, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da perpetração; ERP_E= dimensão Evitamento da escala Experiências em Relações Próximas-Estruturas Relacionais; ERP_A= dimensão Ansiedade da escala Experiências em Relações Próximas-Estruturas Relacionais.

As análises de Regressão demonstram que a perpetração de violência entre parceiros íntimos, de forma generalizada, tem um efeito preditivo significativo nas atitudes perante as relações de proximidade. No entanto, a capacidade explicativa destas variáveis na variância das variáveis *outcome* é em todos os casos baixa, não apresentando valores superiores a 6%.

Efeito Mediador das Características Psicopatológicas (BSI) na relação entre a Violência entre Parceiros Íntimos (CTS-2) e o Evitamento e Ansiedade nas Relações de Proximidade (ERP-ER)

A análise do potencial efeito de mediação das *características psicopatológicas* na relação entre a *perpetração de VPI* e as *atitudes perante as relações de proximidade*, seguiu os 4 pressupostos do modelo de Kenny (2014), assentes na necessidade de se confirmar, em primeiro lugar, relações predictoras significativas entre: (1) as variáveis predictoras e as variáveis *outcome* (trajetória c); (2) as variáveis predictoras e as variáveis mediadoras (trajetória a); e (3) entre as variáveis mediadoras e as variáveis *outcome* (trajetória b).

Tendo em conta que o primeiro pressuposto deste modelo foi já verificado no objetivo anterior (estando os seus resultados apresentados na Tabela 1), foram adicionalmente efetuadas Regressões Lineares Simples entre: as variáveis

preditoras (*perpetração de VPI*) e as variáveis consideradas como mediadoras (*características psicopatológicas*), cumprindo o segundo pressuposto; as variáveis mediadoras (*características psicopatológicas*) e as variáveis *outcome* (*atitudes perante as relações de proximidade*), cumprindo o terceiro pressuposto do modelo.

De forma a averiguar a capacidade preditora da *perpetração de VPI*, sobre as *características psicopatológicas* dos sujeitos, foram considerados como preditores, separadamente, as variáveis correspondentes à *perpetração* de algum tipo de VPI, e que tinham anteriormente evidenciado uma correlação significativa com as variáveis consideradas aqui como *outcomes*, nomeadamente as correspondentes às dimensões e índices totais do BSI. Assim, foram excluídas desta análise as relações entre as variáveis destes dois instrumentos, que na matriz correlacional (anexo 8) não demonstram qualquer relação significativa. Na Tabela 2 são apresentados os resultados da Análise de Regressão Linear Simples.

Tabela 2. Regressões Lineares Simples para as variáveis preditoras das características psicopatológicas dos sujeitos (BSI)

Variáveis	B	SE	Beta	R ²	adjR ²	F	Sig (F)	t	p
<i>Outcome:BSI_S</i>									
CTS_A	0.044	0.022	0.143	.020	.015	3.952	.048	1.988	.048
CTS_I	0.125	0.046	0.196	.038	.033	7.518	.007	2.742	.007
<i>Outcome:BSI_AN</i>									
CTS_I	0.098	0.048	0.147	.022	.017	4.202	.042	2.050	.042
<i>Outcome:BSI_HO</i>									
CTS_P	0.083	0.022	0.264	.070	.065	14.125	.000	3.758	.000
CTS_I	0.128	0.043	0.211	.044	.039	8.784	.003	2.964	.003
<i>Outcome:BSI_IGS</i>									
CTS_P	0.043	0.021	0.146	.021	.016	4.099	.044	2.025	.044
CTS_I	0.084	0.041	0.147	.021	.016	4.149	.043	2.037	.043
<i>Outcome:BSI_TSP</i>									
CTS_P	1.317	0.505	0.186	.035	.030	6.799	.010	2.607	.010
CTS_I	2.207	0.975	0.162	.026	.021	5.126	.025	2.264	.025
<i>Outcome:BSI_ISP</i>									
CTS_P	-0.441	0.186	-0.171	.029	.024	5.631	.019	-2.373	.019

Nota: CTS_P= prevalência global na subescala Agressão psicológica, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da *perpetração*; CTS_A= prevalência global na subescala Agressão física sem sequelas, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da *perpetração*; CTS_I= prevalência global na subescala Agressão física com sequelas, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da *perpetração*; BSI_S= dimensão Somatização, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_AN= dimensão Ansiedade, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_HO= dimensão Hostilidade, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_IGS= medida global referente ao Índice Geral de Sintomas, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_TSP= medida global referente ao Total de Sintomas Positivos, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_ISP= medida global referente ao Índice Sintomas Positivos, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI).

Todas as variáveis predictoras consideradas, apresentaram resultados significativos na análise de regressão, apesar de apresentarem valores baixos quanto à capacidade de explicarem a variância da variável *outcome*. É no entanto, de sublinhar a presença de relações extremamente significativas entre as variáveis predictoras CTS_P e CTS_I (perpetração de violência psicológica e perpetração de violência com sequelas do CTS-2) e a variável *outcome* BSI_HO (dimensão Hostilidade do BSI).

De forma a averiguar a capacidade preditora das *características psicopatológicas* sobre *atitudes perante as relações de proximidade* foram consideradas todas as variáveis do constructo *características psicopatológicas* (BSI) que se mostraram correlacionadas significativamente, na matriz de correlações, com as variáveis *outcome*; e que cumpriam o pressuposto do modelo de Kenny (2014), ou seja, aquelas que apresentavam, simultaneamente, uma relação preditora significativa com as variáveis predictoras (VPI) e com as variáveis *outcome* (ERP-ER). Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Regressões Lineares Simples para as variáveis predictoras do Evitamento e da Ansiedade nas relações de proximidade.

Variáveis	B	SE	Beta	R ²	adjR ²	F	Sig (F)	t	p
<i>Outcome:ERP_E</i>									
BSI_S	0.464	0.096	0.333	.111	.106	23.458	.000	4.843	.000
BSI_HO	0.557	0.099	0.380	.145	.140	31.806	.000	5.640	.000
BSI_IGS	0.709	0.102	0.453	.206	.201	48.634	.000	6.974	.000
BSI_TSP	0.029	0.004	0.443	.196	.192	45.844	.000	6.771	.000
BSI_ISP	-0.042	0.013	-0.230	.053	.048	10.388	.001	-3.223	.001
<i>Outcome:ERP_A</i>									
BSI_S	1.083	0.151	0.463	.214	.210	51.309	.000	7.163	.000
BSI_HO	0.835	0.168	0.340	.116	.111	24.595	.000	4.959	.000
BSI_IGS	1.159	0.172	0.442	.195	.191	45.657	.000	6.757	.000
BSI_TSP	0.048	0.007	0.433	.187	.183	43.336	.000	6.583	.000
BSI_ISP	-0.080	0.021	-0.265	.070	.065	14.083	.000	-3.753	.000

Nota: BSI_S= dimensão Somatização, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_HO= dimensão Hostilidade, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_IGS= medida global referente ao Índice Geral de Sintomas, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_TSP= medida global referente ao Total de Sintomas Positivos, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); BSI_ISP= medida global referente ao Índice Sintomas Positivos, do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI); ERP_E= dimensão Evitamento da escala Experiências em Relações Próximas-Estruturas Relacionais; ERP_A= dimensão Ansiedade da escala Experiências em Relações Próximas-Estruturas Relacionais.

O quarto pressuposto do modelo prevê a operação de uma análise de regressão linear múltipla, considerando o efeito preditor da variável independente (preditora) e da variável mediadora, na variável dependente (*outcome*), constituindo-se assim a trajetória c'. Esta análise permite também avaliar o nível de significância da mediação, através do cálculo do teste de Sobel. Seguindo estes critérios, foram então encontrados 18 modelos de relação entre as diferentes variáveis (dependentes, mediadoras e *outcome*) que cumpriam

os pressupostos referidos, tendo sido estes estudados com Regressões Lineares Múltiplas, de modo a discriminar a potencial presença de efeitos de mediação, (cf. Tabelas e resultados no Anexo 9). Dos 18 modelos testados, foram encontrados efeitos de mediação significativos em 12 deles, nomeadamente:

(1) O efeito mediador da Somatização (BSI_S), na relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e o Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2=.118$, $F_{(2,187)} = 12,550$, $p=.000$; $\Delta R^2 = .118$, $\Delta F_{(2,187)} = 12,550$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_S} = .320$, $p<.001$; $\beta_{CTS_I} = .087$, $p>.05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2.339$, $p = .019$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 1).

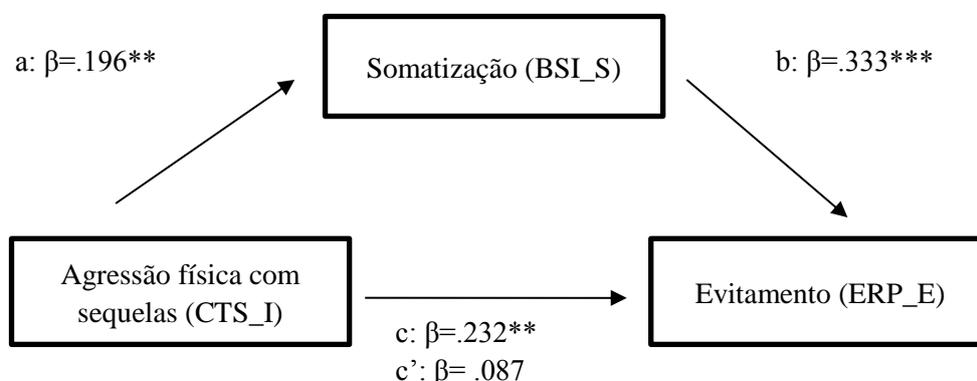


Figura 1. Coeficientes para a relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e o Evitamento (ERP_E), mediada pela Somatização (BSI_S). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p<.05$, ** $p<.01$, *** $p<.001$

(2) O efeito mediador da Hostilidade (BSI_HO), na relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e o Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E); onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2=.150$, $F_{(2,187)} = 16,547$, $p=.000$; $\Delta R^2 = .150$, $\Delta F_{(2,187)} = 16,547$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_HO} = .368$, $p<.001$; $\beta_{CTS_I} = .076$, $p>.05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2.605$, $p = .009$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 2).

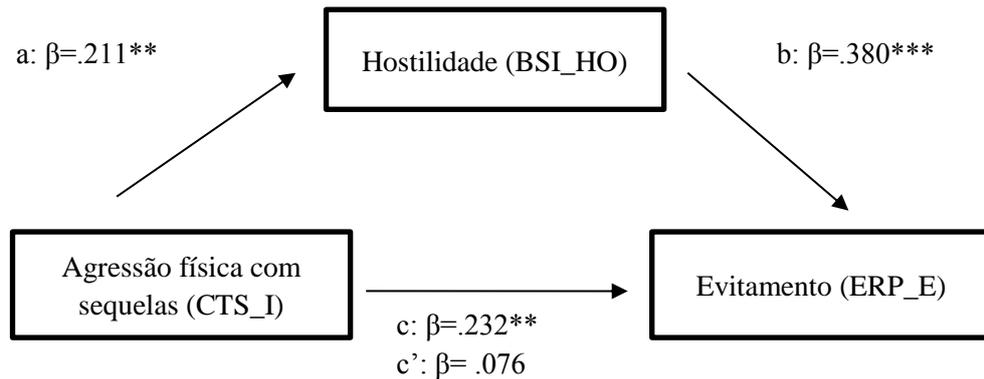


Figura 2. Coeficientes para a relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e o Evitamento (ERP_E), mediada pela Hostilidade (BSI_HO). A = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p<.05$, ** $p<.01$, *** $p<.001$

(3) O efeito mediador da Hostilidade (BSI_HO), na relação entre a Agressão psicológica (CTS_P) e o Evitamento nas relações de proximidade (ERP-E), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .145$, $F_{(2,187)} = 15,821$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .145$, $\Delta F_{(2,187)} = 15,821$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_HO} = .381$, $p < .001$; $\beta_{CTS_P} = -.004$, $p > .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado na trajetória c', e nestes caso constitui-se mesmo como negativo; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 3,115$, $p = .001$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 3).

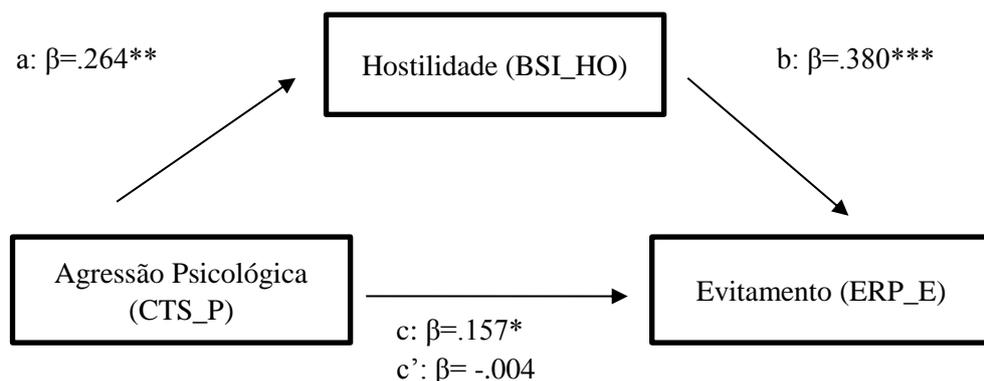


Figura 3. Coeficientes para a relação entre a Agressão Psicológica (CTS_P) e o Evitamento (ERP_E), mediada pela Hostilidade (BSI_HO). a= Efeito da variável independente na variável mediadora. b= Efeito da variável mediadora na variável dependente. c= Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p<.05$, ** $p<.01$, *** $p<.001$

(4) O efeito mediador do Índice geral de sintomas (BSI_IGS), na relação

entre a Agressão psicológica (CTS_P) e o Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .206$, $F_{(2,187)} = 24,230$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .206$, $\Delta F_{(2,187)} = 24,230$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_IGS} = .452$, $p < .001$; $\beta_{CTS_P} = .017$, $p > .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 1,963$, $p = .049$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 4).

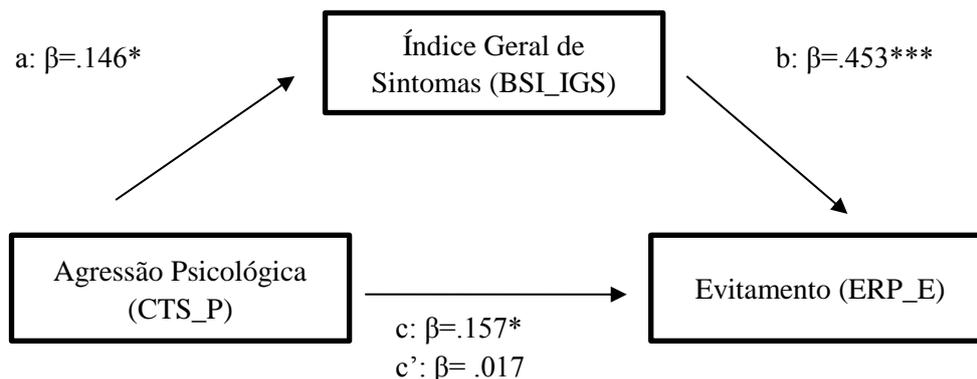


Figura 4. Coeficientes para a relação entre a Agressão Psicológica (CTS_P) e o Evitamento (ERP_E), mediada pelo Índice Geral de Sintomas (BSI_IGS). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

(5) O efeito mediador do Total de sintomas positivos (BSI_TSP), na relação entre a Agressão Psicológica (CTS_P) e o Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .196$, $F_{(2,187)} = 22,860$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .196$, $\Delta F_{(2,187)} = 22,860$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_TSP} = .441$, $p < .001$; $\beta_{CTS_P} = .020$, $p > .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2,453$, $p = .014$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 5).

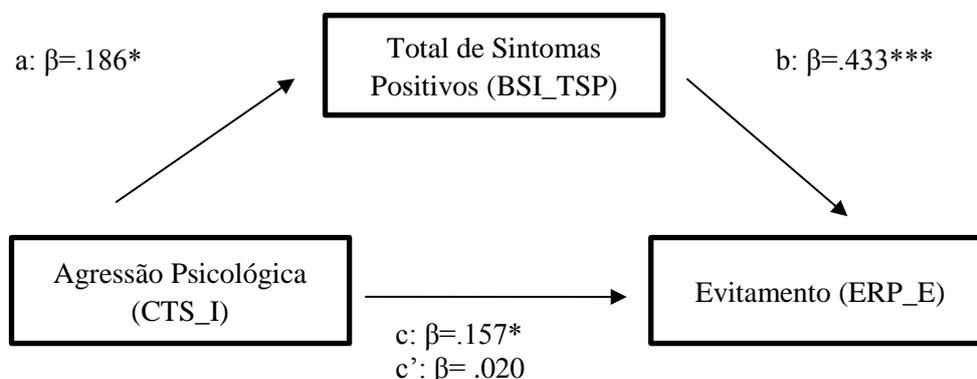


Figura 5. Coeficientes para a relação entre a Agressão Psicológica (CTS_P) e o Evitamento (ERP_E), mediada pelo Total de Sintomas Positivos (BSI_TSP). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

(6) O efeito mediador do Total de sintomas positivos (BSI_TSP), na relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e o Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .203$, $F_{(2,187)} = 23,804$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .203$, $\Delta F_{(2,187)} = 23,804$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_TSP} = .433$, $p < .001$; $\beta_{CTS_I} = .084$, $p > .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2,153$, $p = .031$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 6).

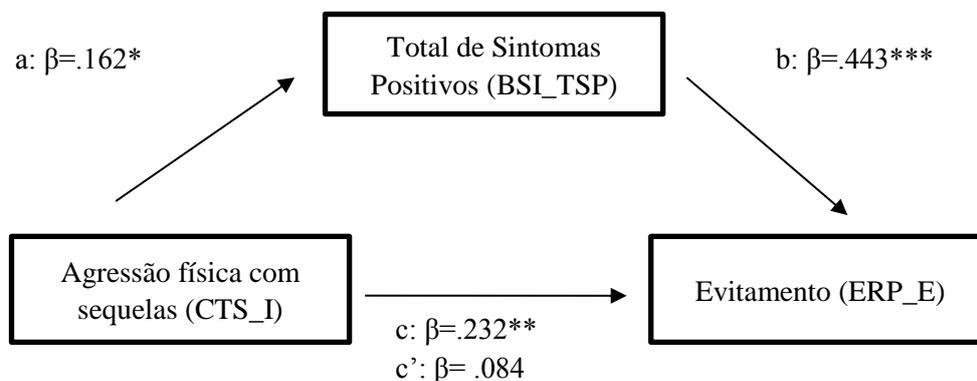


Figura 6. Coeficientes para a relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e o Evitamento (ERP_E), mediada pelo Total de Sintomas Positivos (BSI_TSP). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

(7) O efeito mediador da Somatização (BSI_S), na relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e a Ansiedade nas relações de proximidade (ERP_A), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .231$, $F_{(2,187)} = 28,137$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .231$, $\Delta F_{(2,187)} = 28,137$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_S} = .433$, $p < .001$; $\beta_{CTS_I} = .132$, $p < .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação parcial, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é diminuído na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2,524$, $p = .011$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 7).

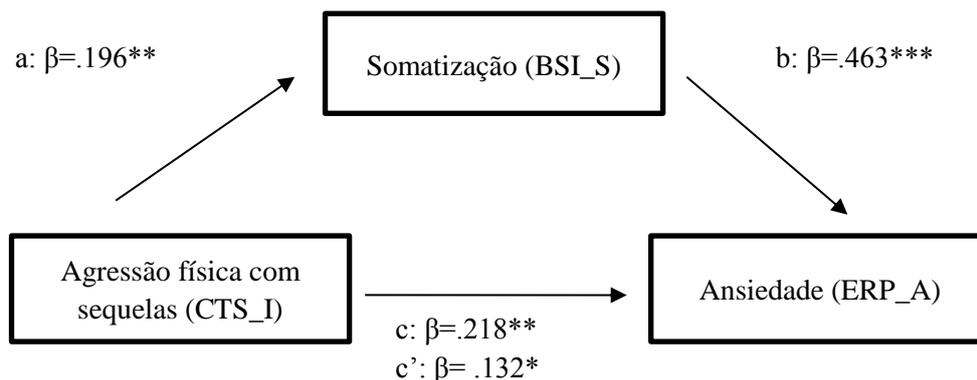


Figura 7. Coeficientes para a relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e a Ansiedade (ERP_A), mediada pela Somatização (BSI_S). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p<.05$, ** $p<.01$, *** $p<.001$

(8) O efeito mediador da Hostilidade (BSI_HO), na relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e a Ansiedade nas relações de proximidade (ERP_A), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2=.137$, $F_{(2,187)} = 14,831$, $p=.000$; $\Delta R^2 = .137$, $\Delta F_{(2,187)} = 14,831$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_HO}=.316$, $p<.001$; $\beta_{CTS_I}=.148$, $p<.05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação parcial, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é diminuído na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2,498$, $p=.012$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 8).

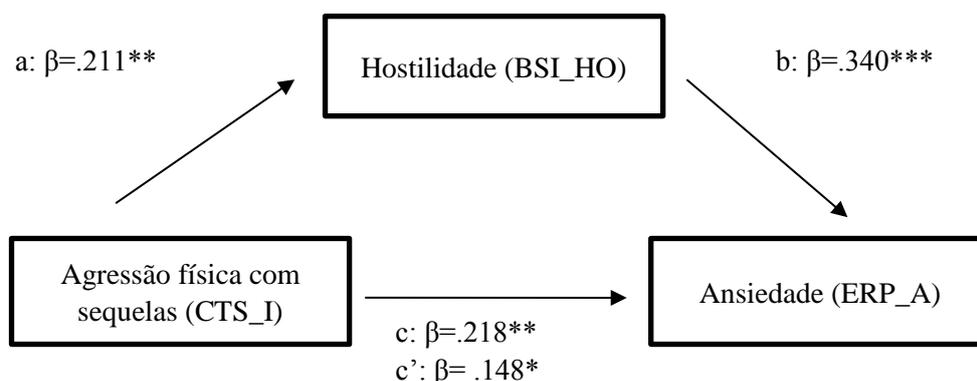


Figura 8. Coeficientes para a relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e a Ansiedade (ERP_A), mediada pela Hostilidade (BSI_HO). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p<.05$, ** $p<.01$, *** $p<.001$

(9) O efeito mediador da Hostilidade (BSI_HO), na relação entre a Agressão psicológica (CTS_P) e a Ansiedade nas relações de proximidade

(ERP_A), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .120$, $F_{(2,187)} = 12,762$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .120$, $\Delta F_{(2,187)} = 12,762$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_HO} = .328$, $p < .001$; $\beta_{CTS_P} = .067$, $p > .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado na trajetória c' ; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2,945$, $p = .003$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 9).

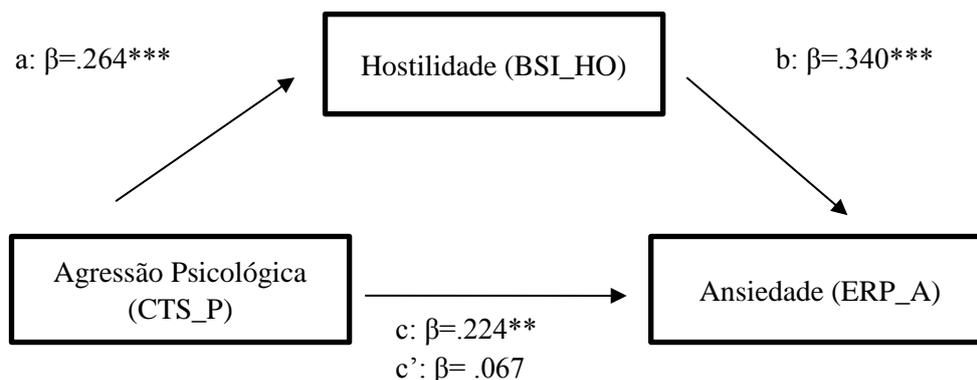


Figura 9. Coeficientes para a relação entre a Agressão psicológica (CTS_P) e a Ansiedade (ERP_A), mediada pela Hostilidade (BSI_HO). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

(10) O efeito mediador do Total de sintomas positivos (BSI_TSP), na relação entre a Agressão psicológica (CTS_P) e a Ansiedade nas relações de proximidade (ERP_A), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .194$, $F_{(2,187)} = 22,562$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .194$, $\Delta F_{(2,187)} = 22,562$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_TSP} = .425$, $p < .001$; $\beta_{CTS_P} = .084$, $p > .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado na trajetória c' ; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2,945$, $p = .003$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 10).

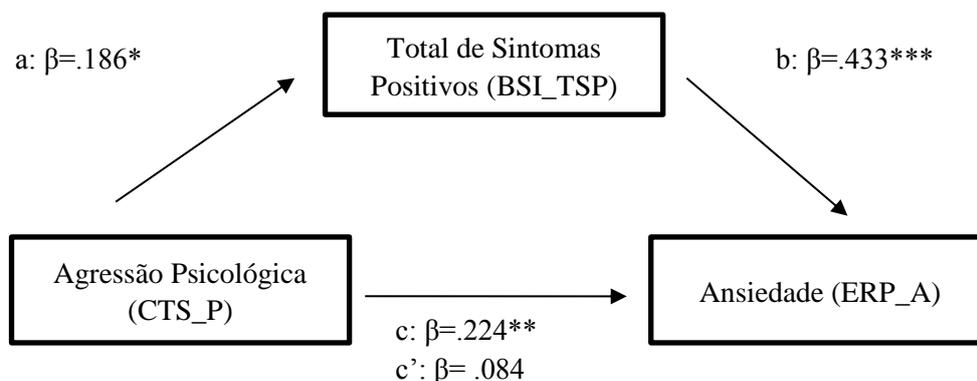


Figura 10. Coeficientes para a relação entre a Agressão psicológica (CTS_P) e a Ansiedade (ERP_A), mediada pelo Total de sintomas positivos (BSI_TSP). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

(11) O efeito mediador do Total de Sintomas Positivos (BSI_TSP), na relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e a Ansiedade nas relações de proximidade (ERP_A), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .209$, $F_{(2,187)} = 24,726$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .209$, $\Delta F_{(2,187)} = 24,726$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_TSP} = .415$, $p < .001$; $\beta_{CTS_I} = .149$, $p < .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2,140$, $p = .032$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 11).

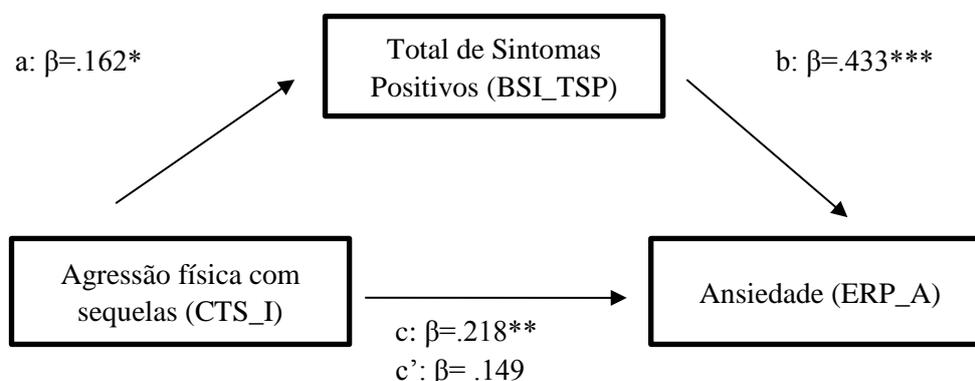


Figura 11. Coeficientes para a relação entre a Agressão física com sequelas (CTS_I) e a Ansiedade (ERP_A), mediada pelo Total de sintomas positivos (BSI_TSP). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

(12) O efeito mediador do Índice de Sintomas Positivos (BSI_ISP), na relação entre a Agressão psicológica (CTS_P) e a Ansiedade nas relações de proximidade (ERP_A), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .079$, $F_{(2,185)} = 7,931$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .079$, $\Delta F_{(2,185)} = 7,931$, $\Delta p = .000$; $\beta_{BSI_ISP} = -.253$, $p < .001$; $\beta_{CTS_P} = .093$, $p > .05$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação total, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é eliminado na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 1,983$, $p = .047$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 12).

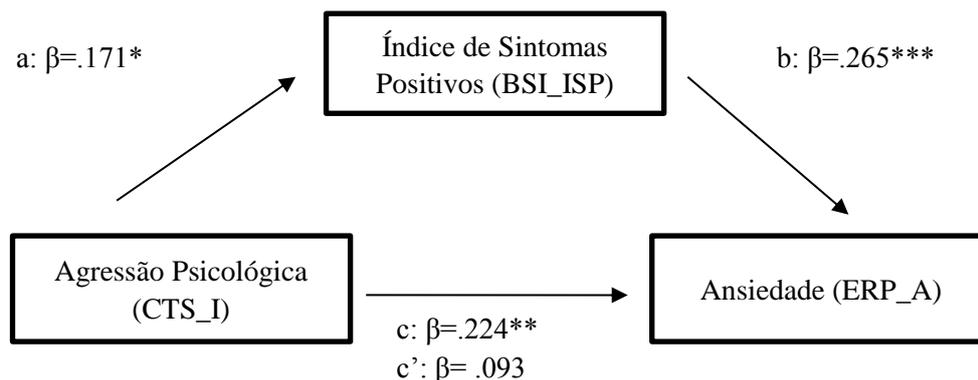


Figura 12. Coeficientes para a relação entre a Agressão psicológica (CTS_P) e a Ansiedade (ERP_A), mediada pelo Índice de sintomas positivos (BSI_ISP). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Efeito Mediador das Crenças Normativas sobre a Violência Conjugal (ECVC) entre Evitamento e Ansiedade nas Relações de Proximidade (ERP-ER) e a Violência entre Parceiros Íntimos

De igual modo, com vista ao desenvolvimento da análise de efeitos de mediação, foram efetuadas análises adicionais de modo a confirmar os pressupostos apresentados por Kenny (2014). Neste sentido, foi averiguada a existência de relações significativas entre: as variáveis predictoras (*perpetração de VPI*) e as variáveis mediadoras (*crenças normativas sobre a violência conjugal*), cumprindo o segundo pressuposto; as variáveis mediadoras (*crenças normativas sobre a violência conjugal*) e as variáveis *outcome* (*atitudes perante as relações de proximidade*), confirmando assim o terceiro pressuposto.

De modo a averiguar a capacidade preditora da *perpetração de violência entre parceiros íntimos* (CTS-2) sobre as *crenças normativas sobre a violência conjugal* (ECVC), foram considerados como preditores, separadamente, os quatro fatores que constituem a ECVC e o índice total da mesma escala; e consideradas como variáveis *outcome* as subescalas do CTS-2 que correspondem à perpetração de qualquer tipo de violência entre parceiros íntimos. De igual modo, foram tidas em conta as relações entre as variáveis destes dois instrumentos que evidenciaram correlações significativas, na análise correlacional feita anteriormente; sendo assim excluídas desta análise as relações entre as variáveis dos dois instrumentos, que na matriz correlacional (Anexo 8) não demonstram qualquer relação significativa. Os resultados obtidos são apresentados na tabela 4.

Tabela 4. Regressões Lineares Simples para as variáveis predictoras das crenças normativas sobre a violência conjugal

Variáveis	B	SE	Beta	R ²	adjR ²	F	Sig (F)	t	p
<i>Outcome:ECVC_P</i>									
CTS_P	0.031	0.054	0.042	.002	-.004	.332	.565	.577	.565
CTS_A	0.155	0.077	0.145	.021	.016	4.063	.045	2.016	.045
CTS_S	0.514	0.147	0.247	.061	.056	12.284	.001	3.505	.001
CTS_I	0.171	0.136	0.091	.008	.003	1.582	.210	1.258	.210
<i>Outcome:ECVC_M</i>									
CTS_A	0.076	0.053	0.104	.011	.006	2.083	.151	1.443	.151
CTS_S	0.235	0.102	0.166	.028	.022	5.368	.022	2.317	.022
CTS_I	0.080	0.093	0.062	.004	-.001	.737	.392	.859	.392
<i>Outcome:ECVC_C</i>									
CTS_S	0.212	0.094	0.161	.026	.021	5.021	.026	2.241	.026
<i>Outcome:ECVC_F</i>									
CTS_A	0.070	0.037	0.138	.019	.014	3.657	.057	1.912	.057
CTS_S	0.148	0.071	0.149	.022	.017	4.321	.039	2.079	.039
CTS_I	0.106	0.064	0.119	.014	.009	2.693	.102	1.641	.102
<i>Outcome:ECVC_T</i>									
CTS_A	0.258	0.119	0.155	.024	.019	4.656	.032	2.158	.032
CTS_S	0.753	0.228	0.233	.055	.049	10.894	.001	3.301	.001
CTS_I	0.344	0.210	0.118	.014	.009	2.686	.103	1.639	.103

Nota: CTS_P= prevalência global na subescala Agressão psicológica, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da perpetração; CTS_A= prevalência global na subescala Agressão física sem sequelas, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da perpetração; CTS_S= prevalência global na subescala Coerção sexual, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da perpetração; CTS_I= prevalência global na subescala Agressão física com sequelas, da Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2), ao nível da perpetração; ECVC_P= dimensão Legitimação e banalização da pequena Violência, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ECVC_M= dimensão Legitimação da violência pela conduta da mulher, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ECVC_C= dimensão Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ECVC_F= dimensão Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ECVC_T= medida global, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal.

De modo a averiguar a capacidade preditora das *crenças normativas sobre a violência conjugal* (ECVC) sobre as *atitudes perante as relações de proximidade* (ERP-ER) foram consideradas todas as variáveis do ECVC que se mostraram correlacionadas significativamente, na matriz de correlações, com as variáveis *outcome*; e que cumpriam o pressuposto do modelo de Kenny (2014), ou seja, aquelas que apresentavam, simultaneamente, uma relação preditora significativa com as variáveis predictoras (VPI) e com as variáveis *outcome* (ERP-ER). Os resultados obtidos são apresentados na tabela 5.

Tabela 5. Regressões Lineares Simples para as variáveis predictoras das atitudes perante as relações de proximidade

Variáveis	B	SE	Beta	R ²	adjR ²	F	Sig (F)	t	p
<i>Outcome: ERP_E</i>									
ECVC_P	0.034	0.009	0.255	.065	.060	13.108	.000	3.620	.000
ECVC_T	0.017	0.006	0.202	.041	.036	8.004	.005	2.829	.005
<i>Outcome: ERP_A</i>									
ECVC_P	0.060	0.016	0.265	.070	.065	14.144	.000	3.761	.000
ECVC_M	0.100	0.023	0.303	.092	.087	19.001	.000	4.359	.000
ECVC_C	0.107	0.025	0.302	.091	.086	18.807	.000	4.337	.000
ECVC_F	0.162	0.032	0.342	.117	.112	24.832	.000	4.983	.000
ECVC_T	0.048	0.010	0.329	.108	.104	22.822	.000	4.777	.000

Nota: ECVC_P= dimensão Legitimação e banalização da pequena Violência, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ECVC_M= dimensão Legitimação da violência pela conduta da mulher, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ECVC_C= dimensão Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ECVC_F= dimensão Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ECVC_T= medida global, da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal; ERP_E= dimensão Evitamento da escala Experiências em Relações Próximas-Estruturas Relacionais; ERP_A= dimensão Ansiedade da escala Experiências em Relações Próximas-Estruturas Relacionais.

Seguindo os restantes pressupostos, como realizado no objetivo anterior, foram então encontrados 6 modelos de relação entre as diferentes variáveis (dependentes, mediadoras e *outcome*) que cumpriam os pressupostos referidos, tendo sido estes estudados mediante a Análise de Regressões Lineares Múltiplas, de modo a discriminar a potencial presença de efeitos de mediação (cf. Anexo 10).

Dos 6 modelos testados, foram encontrados efeitos de mediação significativos em 2 deles, nomeadamente:

(1) O efeito mediador da Legitimação ou banalização da pequena violência (ECVC_P), na relação entre a Coerção sexual (CTS_S) e o Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E). A análise evidenciou uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .085$, $F_{(2,187)} = 8,695$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .085$, $\Delta F_{(2,187)} = 8,695$, $\Delta p = .000$; $\beta_{CTS_S} = .146$, $p < .05$; $\beta_{ECVC_P} = .219$, $p < .01$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação parcial, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é diminuído na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 2,322$, $p = .025$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 1).

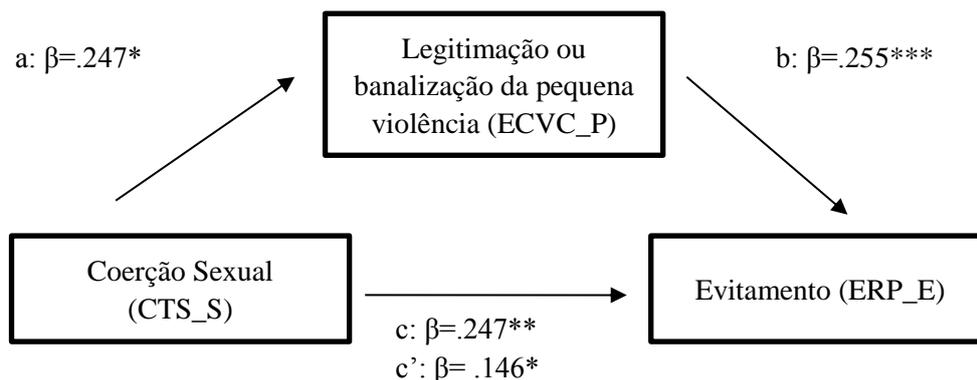


Figura 1. Coeficientes para a relação entre a Coerção sexual (CTS_S) e o Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E), mediada pela Legitimação ou banalização da pequena violência (ECVC_P). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

(2) O efeito mediador do Total da Escala de Crenças Normativas sobre a Violência Conjugal (ECVC_T), na relação entre a Agressão física sem sequelas (CTS_A) e a Ansiedade nas relações de proximidade (ERP_A), onde a análise apontou para uma mediação estatisticamente significativa ($R^2 = .109$, $F_{(2,187)} = 11,491$, $p = .000$; $\Delta R^2 = .109$, $\Delta F_{(2,187)} = 11,491$, $\Delta p = .000$; $\beta_{CTS_A} = .035$, $p > .05$; $\beta_{ECVC_T} = .324$, $p < .001$). Os resultados apontam para a existência de uma mediação parcial, uma vez que o efeito confirmado na trajetória c é diminuído na trajetória c'; para além disso, o cálculo do teste de *Sobel* revelou-se estatisticamente significativo ($z = 1,968$, $p = .048$), sugerindo que a mediação é significativa (Figura 2).

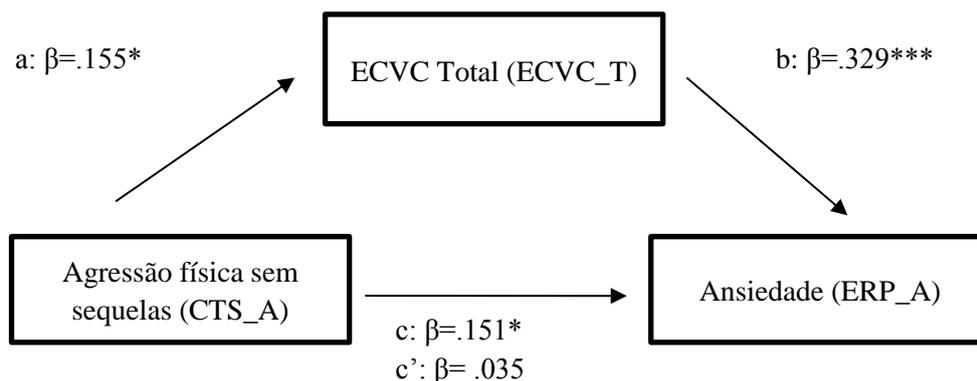


Figura 2. Coeficientes para a relação entre a Agressão física sem sequelas (CTS_A) e a Ansiedade nas relações de proximidade (ERP_A), mediada pelo Total da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC_T). a = Efeito da variável independente na variável mediadora. b = Efeito da variável mediadora na variável dependente. c = Efeito direto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador. c' = Efeito indireto da variável independente na variável dependente, controlado pelo mediador.

V – Discussão de Resultados

A análise preliminar das diferenças entre sexos em relação a todas as variáveis avaliadas indicou a existência de diferenças significativas no Evitamento perante as relações de proximidade (ERP-E), na Legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_P), na Legitimação da violência pela preservação da vida familiar (ECVC_F), no *score* total da ECVC (ECVC_T), e no fator Somatização do BSI (BSI_S). Quanto ao Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E), os dados apontaram para níveis mais elevados nos homens, o que segue de acordo com dados de outros estudos que tinham já indicado uma maior prevalência do evitamento e da ansiedade nos homens em relações de proximidade (Fraleley et al., 2011), e com o argumento apresentado de que os homens tendem a ser mais evitantes nas relações amorosas do que as mulheres (Del Giudice, 2011; Schmitt et al., 2003). Em relação às diferenças significativas verificadas nas variáveis, *Legitimação e banalização da pequena violência* (ECVC_P), *Legitimação da violência pela preservação da vida familiar* (ECVC_F), e *ECVC Total* (ECVC_T), os resultados apresentam níveis mais elevados para os homens. Estudos anteriores que analisaram também as diferenças entre sexos ao nível das *crenças normativas sobre a violência conjugal*, apresentam resultados no mesmo sentido (Afonso, 2010; Félix, 2012). A obtenção de valores médios mais elevados para o sexo masculino, no fator Somatização do BSI (BSI_S), não encontra suporte em investigações anteriores. No estudo de Ferreira (2011), os dados apontam mesmo para o contrário, isto é, para valores médios mais elevados neste fator no sexo feminino.

Neste estudo procuramos compreender a relação entre a *perpetração de violência entre parceiros íntimos* (VPI) e as qualidades dos processos vinculativos no sujeito agressor. Estas qualidades são avaliadas pelas *atitudes perante as relações de proximidade* (ERP-ER), enquanto a perpetração de qualquer tipo de violência em relação ao parceiro íntimo é avaliada pelas *táticas de gestão de conflitos* (CTS-2) empregues, e reportadas, pelo sujeito.

Adicionalmente, procuramos compreender a influência de outras variáveis intrapessoais do sujeito agressor na relação hipotetizada, nomeadamente as *crenças normativas sobre o fenómeno da violência conjugal* (ECVC) e *características psicopatológicas* (BSI). Com esse objetivo testamos a existência de um efeito mediador das *características psicopatológicas*, sobre a relação entre *atitudes perante as relações de proximidade* e a *perpetração de VPI*; de igual modo, testamos a existência de um efeito mediador das *crenças normativas sobre o fenómeno da violência conjugal* sobre a mesma relação.

As correlações positivas observadas entre todas as variáveis correspondentes às *atitudes perante as relações de proximidade* e todas as variáveis correspondentes à perpetração de *táticas de gestão de conflito* violentas, evidenciam que a perpetração de qualquer tipo de VPI se associa significativamente (e de forma positiva) com a ansiedade (ERP_A), e o evitamento (ERP_E) nas relações de proximidade. Adicionalmente, as regressões entre as mesmas variáveis evidenciaram que a perpetração de comportamentos sexualmente coercivos (CTS_S) é o melhor preditor do

evitamento (ERP_E) em relações de proximidade, apesar de todos os outros tipos de táticas de gestão de conflito violentas (CTS_P; CTS_A; CTS_I) se revelarem, de igual modo, preditores significativos do *evitamento* (ERP_E) em relações de proximidade. Por outro lado, a perpetração de comportamentos sexualmente coercivos (CTS_S), é a única variável que não apresenta uma capacidade preditora significativa da *ansiedade* em relações de proximidade. Todas as outras formas de violência sobre o parceiro íntimo (CTS_P; CTS_A; CTS_I) revelaram-se preditoras significativas da *ansiedade* (ERP_A) em relações de proximidade, sendo a perpetração de agressões psicológicas (CTS_P) o preditor mais forte.

Apesar da capacidade explicativa das variáveis correspondentes à *perpetração de VPI* na variância dos resultados correspondentes às *atitudes perante as relações de proximidade* ser em todos os casos baixa, não apresentando valores superiores a 6%, estes resultados confirmam a hipótese apresentada de acordo com outros estudos, nomeadamente: que os estilos de vinculação insegura (vinculação ansiosa e evitante) se apresentam como potenciais fatores de risco da VPI (Paiva & Figueiredo, 2003; Bookwala & Zdaniuk, 1998; Dutton et al., 1994; Mauricio & Gormley, 2001; O’Hearn & Davis, 1997; Roberts & Noller, 1998; Schumacher, Slep, & Heyman, 2001); que a vinculação ansiosa e a perpetração de abusos físicos e psicológicos se relacionam significativamente (Henderson et al., 2005; Orcutt, Garcia, & Pickett, 2005; Rapoza & Baker, 2008); que estilos vinculativos baseados na preocupação, no desprezo e no medo, estão mais presentes em homens violentos do que em homens não violentos (Babcock et al., 2000; Dutton et al., 1994), sendo aqui importante notar que no modelo apresentado por Hazan e Shaver (1987), sentimentos de preocupação surgem associados à vinculação ansiosa, e sentimentos de desprezo e medo associam-se à vinculação evitante. Para além disso, a indicação de que a perpetração de agressões psicológicas (CTS_P) é o preditor mais forte da Ansiedade em relações de proximidade (ERP_A) corrobora dados de outros estudos que apontam que a agressão psicológica está associada com aspetos de padrões de vinculação ansiosos, tais como, necessidade de proximidade, protestos face à separação, medo da perda, e procura compulsiva de atenção e cuidado (Murphy & Hoover, 1999). Por outro lado, a observação de que a perpetração de comportamentos sexualmente coercivos (CTS_S) é o melhor preditor do Evitamento em relações de proximidade (ERP_E), segue de acordo com a conclusão de Babcock et al. (2000) de que a vinculação insegura é motivada pela tendência à instrumentalização do outro.

A análise do efeito mediador das *características psicopatológicas* sobre a relação entre a *perpetração de VPI* e as *atitudes perante as relações de proximidade*, iniciou-se com a confirmação dos pressupostos apresentados por Kenny (2014). São consideradas as variáveis que se mostraram correlacionadas na matriz de correlações. A análise das regressões efetuada com estas variáveis confirma a existência de uma capacidade preditora das variáveis correspondentes à *perpetração de VPI* sobre as *características psicopatológicas*. Os resultados das regressões efetuadas entre as variáveis, indicam que a agressão física com

sequelas (CTS_I) é o melhor preditor da Somatização (BSI) e apresenta, igualmente, uma capacidade preditora da Ansiedade (BSI_AN), apesar da capacidade explicativa desta última ser muito baixa. Indicam ainda que a agressão psicológica (CTS_P) é o melhor preditor da Hostilidade (BSI_HO), sendo de notar que, apesar desta última variável se revelar correlacionada com todas as formas de VPI, apenas a agressão psicológica (CTS_P) e a agressão física com sequelas (CTS_I) apresentam capacidade preditora sobre a mesma. Observamos ainda que a agressão psicológica (CTS_P) e agressão física com sequelas (CTS_I) revelam-se preditores significativos do Índice Geral de Sintomas (BSI_IGS), apresentando valores praticamente idênticos; a agressão psicológica (CTS_P) apresenta-se como um preditor significativo do Índice de Sintomas Positivos (ISP), mantendo a natureza negativa desta relação.

Os dados obtidos indicam que são a Somatização, a Ansiedade e a Hostilidade as *características psicopatológicas* que se relacionam diretamente com a *perpetração de VPI*, apesar da capacidade explicativa dos modelos testados não exceder os 7%. No mesmo sentido, verificamos que o número de sintomas experienciados (BSI_TSP) por sujeitos agressores se encontra relacionado com a perpetração de VPI, mais especificamente com a perpetração de agressões psicológicas (CTS_P) e agressões físicas com sequelas (CTS_I), o que indica que quantos mais sintomas psicopatológicos os sujeitos apresentarem maior será a probabilidade de serem violentos em relações de intimidade; e que a severidade desses sintomas (BSI_ISP) se relaciona negativamente com a perpetração de agressões psicológicas (CTS_P), ou seja, quanto mais severa é a sintomatologia psicopatológica menos provável será a existência desse tipo de VPI. Por último, a *perpetração de VPI*, mais concretamente a perpetração de agressões psicológicas (CTS_P) e agressões físicas com sequelas (CTS_I), revela alguma capacidade de prever os resultados médios referentes à existência de sintomas psicopatológicos (BSI_IGS), indicando que a perpetração de VPI se relaciona, de forma geral, com a presença de sintomatologia psicopatológica. No entanto, estes dados não permitem traçar uma relação clara entre quadros psicopatológicos e a prevalência de VPI, apesar de ser vasta a literatura que refere esta relação (Aldarondo & Castro-Fernandez, 2011; Almeida & Soeiro, 2010; Dahlberg & Krug, 2002; Riggs, Caufield, & Fair, 2009; Rosenberg et al., 2006). Ao invés disso, e no sentido de outras investigações (Almeida, 2013), parecem antes indicar a influência de determinadas características psicológicas na prevalência da VPI, especificamente a incapacidade de regulação emocional, que se encontra diretamente associada com sintomas como a ansiedade, a somatização e a hostilidade.

São também consideradas as variáveis do constructo *características psicopatológicas* (BSI) que se mostram correlacionadas significativamente com as variáveis *outcome (atitudes perante as relações de proximidade)*, e que apresentam, simultaneamente, uma relação preditora significativa com as variáveis predictoras (*perpetração de VPI*) e com as variáveis *outcome (atitudes perante as relações de proximidade)*. Neste caso, o Índice Geral de Sintomas (BSI_IGS) e o Total de Sintomas Positivos (TSP) revelaram-se os melhores preditores do Evitamento em relações de proximidade (ERP_E), enquanto a

Somatização (BSI_S) e o Índice Geral de Sintomas (BSI_IGS) se revelaram os melhores preditores da Ansiedade em relações de proximidade (ERP_A). Estes resultados confirmam a existência de uma relação significativa entre a sintomatologia psicopatológica e estilos de vinculação inseguros (ansiosos ou evitantes), o que tem já sido referido ao longo da literatura (Cannavarro, 1999; Brown & Wright, 2003; Costa, Figueiredo & Pacheco, 2003; Santos, 2004)

A existência um efeito mediador das *características psicopatológicas* sobre a relação entre a *perpetração de VPI* e as *atitudes perante as relações de proximidade*, é confirmada em 12 dos 18 modelos testados, tendo sido observados efeitos de mediação total na maior parte dos casos, e efeitos de mediação parcial em apenas 2, todos eles com significância estatística (confirmada pelo teste de *Sobel*). Para além disso, os resultados indicam a existência de um efeito moderador das *características psicopatológicas* sobre a relação entre a *perpetração de VPI* e as *atitudes perante as relações de proximidade*, uma vez que a capacidade preditora da *perpetração de VPI* sobre as variáveis *outcome* (*atitudes perante as relações de proximidade*) aumenta consideravelmente na presença das variáveis consideradas mediadoras (*características psicopatológicas*). Nas análises efetuadas, observamos que a quantidade de sintomas psicopatológicos (BSI_TSP) e a presença de qualquer tipo de sintomatologia psicopatológica (BSI_IGS) são os melhores mediadores da relação entre a *perpetração de VPI* e o Evitamento sentido em relações de proximidade (ERP_E), sendo que estes modelos chegam a apresentar uma capacidade preditora da variável *outcome* superior a 20%. A Hostilidade (BSI_HO) apresenta-se, também, como um mediador significativo desta relação, apesar destes modelos apresentarem valores ligeiramente inferiores quanto à capacidade preditora da variável *outcome*, na ordem dos 15%. Em todos estes casos os efeitos de mediação verificados foram efeitos de mediação total. O melhor mediador da relação entre a *perpetração de VPI* e a Ansiedade sentida em relações de proximidade (ERP_A) é, igualmente, a quantidade de sintomas psicopatológicos (BSI_TSP). Estes modelos apresentam uma capacidade preditora da referida relação superior a 20%. Também a Hostilidade (BSI_HO) se apresenta como um mediador significativo desta relação, apesar destes modelos evidenciarem valores ligeiramente inferiores quanto à capacidade preditora da variável *outcome*, na ordem dos 12%. No caso do 8º modelo testado, em que a Hostilidade (BSI_HO) foi considerada mediadora da relação já referida, estes valores são ligeiramente superiores, na ordem dos 14%, embora o efeito de mediação verificado neste caso seja apenas parcial. Para todos os outros modelos referido os efeitos de mediação verificados foram efeitos de mediação total.

Estes resultados indicam que os padrões de vinculação inseguros nas relações de proximidade do adulto (eventualmente relacionados com os padrões de vinculação inseguros na infância) se associam à *perpetração de VPI*, e que para além disso, a prevalência de sintomatologia psicopatológica medeia, e modera, esta relação.

À luz da teoria psicanalítica podemos entender o papel mediador e moderador da sintomatologia psicopatológica na relação apontada, a partir dos

processos de maturação do ego, principalmente ao nível dos mecanismos defensivos de gestão da angústia.

Neste sentido, a ativação dos padrões de vinculação servem o propósito de restituir a proximidade e controlo sobre a figura vinculativa, o que segue de acordo com a segunda teoria da angústia apresentada por Freud (1926), sublinhando também a importância da capacidade do Ego em gerir a angústia e o conflito interno de modo a adaptar-se à realidade externa (intrinsecamente frustrante). Esta gestão é naturalmente feita às custas das dinâmicas defensivas e das suas qualidades, e neste sentido o desenvolvimento de sintomatologia psicopatológica constitui, igualmente, uma defesa face à angústia derivada de conflitos internos, neste caso, evitados à custa da formação sintomática.

A existência de um conflito com o parceiro íntimo constitui assim um sinal de “perigo”, sinalizando a ameaça da ausência ou indisponibilidade da figura vinculativa, e levando à ativação de mecanismos e comportamentos com o objetivo de restituir a estabilidade interna (reduzir a angústia) e a estabilidade externa (restituir a proximidade e controlo da figura vinculativa). Neste enquadramento, tanto a perpetração de VPI como o desenvolvimento de sintomatologia psicopatológica parecem sinalizar a insuficiência do aparelho mental em metabolizar e transformar a angústia em conteúdos passíveis de elaboração, acabando esta por ser descarregada a nível comportamental e/ou sintomático. A observação de que o fator Somatização (BSI_S) é um dos mediadores significativos na relação entre a perpetração de VPI e a Ansiedade (ERP_A) e o Evitamento (ERP_E) em relações de proximidade parece também seguir neste sentido, uma vez que é reconhecida na literatura a relação entre a insuficiência das funções simbólicas e oníricas do psiquismo e a manutenção de reações psicossomáticas, marcadas igualmente por “ações de descarga” onde o corpo é instrumentalizado de forma a se adaptar à realidade externa, e reduzir os níveis de angústia. A este respeito, Robert (1992, p. 129) refere que o falhanço da função onírica “desencadeia a perda, quer de um sistema de descarga das tensões pela satisfação alucinatória, quer de um sistema de integração dos acontecimentos atuais (...)”.

O desenvolvimento das funções oníricas e alucinatórias do psiquismo e a sua importância para a gestão da angústia e a adaptação à realidade externa são refletidas no desenvolvimento dos conceitos de *rêverie* e de “continente” (Bion, 1962), ao mesmo tempo que é sinalizada a sua natureza precoce, e intimamente relacionada com os processos de vinculação. Neste sentido, é pela relação precoce com a figura de vinculação que a capacidade de controlo interno é “oferecida” ao lactente, na medida em que os seus estados internos (designadamente os estados de angústia) são providos de significado pela “capacidade de fantasia da mãe” (Bion, 1982, citado por Roberts, 1992). Esta capacidade, designada de função alfa, permite a passagem dos processos primários do psiquismo (marcadas pela procura da satisfação e pela descarga impulsiva da angústia) para os processos secundários do pensamento (orientados para a realidade e marcados pelo uso do simbólico), estabelecendo-se nessa medida a sua relação direta com as funções oníricas e alucinatórias.

Todas estas questões se articulam no campo do desenvolvimento do Ego e

das suas funções defensivas, e focam a importância das relações precoces no desenvolvimento de formas adaptadas do reagir ao conflito (interno e externo).

O estudo do efeito mediador das *crenças normativas sobre a violência conjugal* sobre a relação entre a *perpetração de VPI* e as *atitudes perante as relações de proximidade*, iniciou-se, de igual modo, com a confirmação dos pressupostos apresentados por Kenny (2014).

São consideradas as variáveis que se mostraram correlacionadas na matriz de correlações. A análise das regressões efetuadas confirma a existência de uma capacidade preditora das variáveis correspondentes à *perpetração de VPI* sobre as *crenças normativas sobre a violência conjugal*. Os resultados indicam que a perpetração de comportamentos sexualmente coercivos (CTS_S) são o melhor preditor de crenças legitimadoras de comportamentos violentos no seio de uma relação de intimidade. Para além disso, também a perpetração de agressões físicas sem sequelas (CTS_A) se configura como um preditor significativo deste tipo de crenças. Estes resultados corroboram as conclusões de Couto (2013), que afirma a influência das crenças ou interpretações subjetivas na regulação comportamental e emocional dos sujeitos, podendo estas ser potenciadoras de comportamentos violentos. No mesmo sentido, num estudo recente (Czuba, 2015), foram associados o índice de violência e a Legitimação da violência em relações românticas, tendo os resultados confirmado esta relação.

São também consideradas as variáveis do constructo *crenças normativas sobre a violência conjugal* (ECVC) que se mostraram correlacionadas significativamente com as variáveis *outcome (atitudes perante as relações de proximidade)*, e que apresentavam, simultaneamente, uma relação preditora significativa com as variáveis preditoras (*perpetração de VPI*) e com as variáveis *outcome (atitudes perante as relações de proximidade)*. A análise das regressões efetuadas indica que todas as variáveis mediadoras consideradas são preditoras significativas das variáveis *outcome (atitudes perante as relações de proximidade)*, indicando que as *crenças normativas sobre a violência conjugal* são um preditor significativo das *atitudes perante as relações de proximidade*. Nestas análises observamos que o melhor preditor do Evitamento nas relações de proximidade (ERP_E) é a *Legitimação ou banalização da pequena violência* (ECVC_P), enquanto que o melhor preditor da Ansiedade em relações de proximidade (ERP_A) é a *Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* (ECVC_F). Neste caso, não foram encontrados estudos que analisem a relação entre estes dois constructos.

A existência de um efeito mediador das *crenças normativas sobre a violência conjugal* sobre a relação entre a *perpetração de VPI* e as *atitudes perante as relações de proximidade*, é confirmada em 2 dos 6 modelos testados. Nos dois casos foi confirmada a significância estatística destes resultados, sendo que num deles é verificado um efeito de mediação total, enquanto no outro o efeito de mediação verificado é apenas parcial. Para além disso, verifica-se também a existência de um efeito moderador das *crenças normativas sobre a violência conjugal* sobre a relação entre a *perpetração de VPI* e as *atitudes perante as relações de proximidade*, uma vez que a capacidade preditora da *perpetração de VPI* sobre as variáveis *outcome (atitudes perante as relações de*

proximidade) aumenta nos dois casos, sendo esse aumento bastante considerável no modelo onde se verifica um efeito de mediação total. Assim, a *Legitimação ou banalização da pequena violência* (ECVC_P) apresenta-se como o único mediador significativo da relação entre a *perpetração de VPI*, concretamente a perpetração de comportamentos sexualmente coercivos (CTS_S) e o Evitamento sentido em relações de proximidade (ERP_E), sendo que o efeito de mediação verificado é apenas parcial. Por outro lado, a prevalência de qualquer tipo de crença legitimadora de comportamentos violentos no seio de uma relação de intimidade (ECVC_T) demonstra-se como o único mediador significativo da relação entre a *perpetração de VPI*, concretamente a agressão física sem sequelas (CTS_A), e a Ansiedade sentida em relações de proximidade (ERP_A), sendo que este efeito de mediação é total.

As crenças legitimadoras da VPI surgem associadas a padrões de vinculação inseguros e à perpetração de VPI, e sendo estabelecidas como perceções da realidade são, portanto, resultantes da significação interna dada pelos sujeitos. Na sequência do que foi discutido anteriormente, o desenvolvimento da capacidade simbólica e da atribuição de significado à realidade externa encontra-se diretamente relacionado com as qualidades das relações precoces, especificamente com a capacidade de gerir a angústia. Para além disso, o desenvolvimento de uma função moral intrapsíquica relaciona-se, igualmente, com a gestão da angústia derivada do conflito e com o desenvolvimento dos processos de identificação às figuras parentais, e conseqüentemente com o alcance de processos defensivos mais complexos e elaborados. O facto da legitimação de comportamentos violentos no seio de uma relação de intimidade se relacionar com as qualidades das primeiras experiências relacionais dos sujeitos e com a perpetração de VPI, pode ser compreendido a partir das dinâmicas de gestão de angústia (defensivas) estimuladas pelos padrões de vinculação precoces, e pelo processo subsequente de diferenciação das instâncias psíquicas, especificamente a fundação do aparelho superegótico.

A relação entre as crenças legitimadoras de VPI, a perpetração de VPI e a prevalência de padrões defensivos inseguros, pode, assim, ser também compreendida como reflexo da falha em processos relacionais precoces e fundamentais na estruturação egóica e defensiva dos sujeitos agressores.

Conclusão

Tratando-se de um estudo exploratório, de tipo correlacional, notamos que as hipóteses ou reflexões apresentadas se constituem apenas como leituras possíveis dos resultados. No entanto, cremos que os dados obtidos poderão, acima de tudo, levantar questões pertinentes, no que diz respeito não apenas à problemática da VPI mas, também, à problemática do comportamento violento na sua generalidade.

A perpetração de VPI surge associada a processos de vinculação inseguros, caracterizados pela prevalência de sentimentos de frustração e pela incapacidade de lidar com o afastamento ou indisponibilidade da figura vinculativa de forma adequada. Esta relação é mediada e moderada, em primeiro

lugar pela prevalência de sintomatologia psicopatológica, principalmente pela quantidade de sintomas psicopatológicos experienciados pelos sujeitos agressores, e em segundo lugar pela prevalência de crenças legitimadoras da VPI. Os resultados corroboram a ideia de que a perpetração de VPI se assume como um comportamento relacionado também com fatores psicoafectivos e intrapessoais, e para além disso sugerem que a(s) qualidade(s) das relações de proximidade se relacionam com a presença de sintomatologia psicopatológica, a prevalência de crenças legitimadoras da VPI e a perpetração de VPI.

A partir deste conjunto de dados, parece coerente a ideia de que os processos de vinculação se assumem, pelo menos, como um factor de risco na VPI, no sentido em que influenciam diretamente a interação do casal e interagem com outros fatores de risco, aumentando as condições para que comportamentos abusivos se desenvolvam no seio dessa relação de intimidade, como já foi apontado por diversos autores (Henderson et al., 2005; Orcutt, Garcia & Pickett, 2005). A compreensão de que os padrões de vinculação se associam a determinadas características psicológicas, que por sua vez são consideradas como fatores de risco potenciais da VPI, foi já avançada por outros autores (Dutton et al., 1994, citado por Henderson et al., 2005), e as conclusões apresentadas anteriormente podem permitir um melhor entendimento da natureza destas relações.

Uma das possíveis conclusões deste estudo passa pela compreensão de que a perpetração de VPI é também reflexo de um profundo sentimento de instabilidade afetiva, com eventuais raízes nas dinâmicas psicoafectivas das relações precoces, que se exprimem noutros fatores que se relacionam igualmente com a perpetração de VPI (sintomatologia psicopatológicas, crenças morais e normativas).

Referências

- Abbad, G. & Torres, C. V. (2002). Regressão múltipla stepwise e hierárquica em psicologia organizacional: *Aplicações, problemas e soluções. Estudos em Psicologia Natal*, 7, 19- 29.
- Abel, G. G., Gore, D. K., Holland, C. L., Camp, N., Becker, J. V., & Rathner, J. (1989). The measurement of the cognitive distortions of child molesters. *Annals of Sex Research*, 2, 135–152.
- Afonso, J. (2010). *Diferenças entre homens e mulheres nas crenças e comportamentos sobre a violência conjugal*. (Tese de Mestrado) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Ainsworth, M. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709.
- Aldarondo, E., & Castro-Fernandez, M. (2011). Risk and protective factors for domestic violence perpetration. In J.W. White, M.P. Koss & A.E. Kazdin (Eds.), *Violence against women and children*, Vol 1, 221-242.
- Almeida, I., & Soeiro, C. (2010). Avaliação de risco de violência conjugal: Versão para polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica*, 1(28), 179–192.
- Alexander, P. C., Moore, S., & Alexander, E. R., III. (1991). What is transmitted

- in the intergenerational transmission of violence? *Journal of Marriage and the Family*, 53, 657–668.
- Almeida, S. (2013) Modelos percebidos de causalidade da violência entre parceiros íntimos. (Tese de Mestrado). Universidade de Lisboa, Portugal.
- Alves, S. L. B., & Diniz, N. M. F. (2005). “Eu digo não, ela diz sim”: A violência conjugal no discurso masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58 (4), 387–392.
- Ansara, D. L., & Hindin, M. J. (2010). Exploring gender differences in the patterns of intimate partner violence in Canada: A latent class approach. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 64, 849-854.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126, 651–680.
- Archer, J. (2002). Sex differences in physically aggressive acts between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 7, 313–351.
- Babcock, J. C., Jacobson, N. S., Gottman, J.M., & Yerington, T. P. (2000). Attachment, emotional regulation, and the function of marital violence: Differences between secure, preoccupied, and dismissing violent and nonviolent husbands. *Journal of Family Violence*, 15, 391–409.
- Bakermans-Kranenburg, M. J., & van Ijzendoorn, M. H. (2007), Research review: Genetic vulnerability or differential susceptibility in child development: The case of attachment. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48, 1160-1173.
- Bakermans-Kranenburg, M. J., & van Ijzendoorn, M. H. (2011), Differential susceptibility to rearing environment depending on dopamine related genes: New evidence and meta-analysis. *Development and Psychopathology*, 23, 39-52.
- Bandura, A. (1969). Principles of Behavior Modification, Holt, Reinhart, and Winston, New York.
- Bandura, A. (1977). Social Learning Theory, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51(6), 1173-1182
- Bartholomew, K. (1990). Avoidance of intimacy: An attachment perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 7, 147–178.
- Bartholomew, K., & Allison, C. J. (2006). An attachment perspective on abusive dynamics in intimate relationships. In M. Mikulincer & G. S. Goodman, (Eds.), Dynamics of romantic love: Attachment, caregiving, and sex (102–127). New York: Guilford Press.
- Barnett, O. W., Martinez, T. E., & Bluestein, B. W. (1995). Jealousy and romantic attachment in martially violent and nonviolent men. *Journal of Interpersonal Violence*, 10, 473–486.
- Belsky, J., & Beaver, K. M. (2011). Cumulative-genetic plasticity, parentig and adolescent self-regulation. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*,

- 52, 619-626.
- Belsky, J., & Pluess, M. (2009). Beyond diathesis stress: Differential susceptibility to environmental influences. *Psychological Bulletin*, 135, 885-908.
- Belsky J., & Cassidy, J. (1994) Attachment: theory and evidence. In: Rutter M., Hay D., editors. *Development through life: a handbook for clinicians*, Oxford: Blackwell, 373-402.
- Bensley, L., Eenwyk, J. V., & Simmons, K. W. (2003). Childhood family violence history and women's risk for intimate partner violence and poor health. *American Journal of Preventive Medicine*, 25, 38-44.
- Bersani, C. A., Chen H. T., Pendleton, B. F., & Denton, R. (1992). Personality Traits of Convicts Male Batterers. *Journal of Family Violence*, 7(2), 123-134.
- Bion, W. R. (1982). *Transformations*, P.U.F., Paris.
- Bion, W.R. (1962). A theory of thinking. In W.R. Bion, *Second Thoughts*. London: Karnac Books.
- Bjorkqvist, K. (1994). Sex differences in physical, verbal, and indirect aggression: a review of recent research. *Sex Roles: A Journal of Research*, 30, (3/4), 177-189.
- Bookwala, J., & Zdaniuk, B. (1998). Adult attachment styles and aggressive behaviour within dating relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15(2), 175-190.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Clinical implications of attachment theory*. London: Routledge.
- Bowlby, J. (1984). Violence in the family as a disorder of the attachment and caregiver systems. *American Journal of Psychoanalysis*, 44, 9-27.
- Bretherton, I. (1985). Attachment theory: Retrospect and prospect. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50(1-2, Serial No. 209).
- Brewerton, P., & Millward, L. (2001). *Organizational research methods*. London: Sage Publications.
- Brimhall, A. S., & Schneider, C. (2014). From scared to repaired: using an attachment-based perspective to understand situational couple violence. *Journal of Marital and Family Therapy*, 40, 367-379.
- Brown, L. & Wright, J. (2003). The relationship between attachment strategies and psychopathology in adolescence. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 76, 351-367.
- Caetano, R., Schafer, J., Clark, C. L., Cunradi, C. B., & Raspberry, K. (2000). Intimate partner violence, acculturation, and alcohol consumption among Hispanic couples in the United States. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 30 - 45
- Canavarro, M. (1999). *Relações Afectivas e Saúde Mental*. Coimbra: Quarteto
- Canavarro, M. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos: BSI. In M. R. Simões, M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (vol. II, pp. 87-109). Braga: SHO/APPORT
- Coker, A. L., McKeown, R. E., Sanderson, M., Davis, K. E., Valois, R. F., & Huebner, S. (2000). Severe dating violence and quality of life among

- South Carolina high school students. *American Journal of Preventive Medicine*, 19 (4), 220-227.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4 (24), 485 – 493.
- Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, 37 (163), 603 – 630.
- Côté, S. M., Vaillancourt, T., Barker, E. D., Nagin, D., & Tremblay, R. E. (2007). The joint development of physical and indirect aggression: Predictors of continuity and change during childhood. *Development and Psychopathology*, 19(1), 37-55.
- Corvo, K. N. (1997). Community-based youth violence prevention: A framework for funders and planners. *Youth and Society* 28(3): 291– 316.
- Corvo, K. N. (2006). Violence, Separation, and Loss in the Families of Origin of Domestically Violent Men. *Journal of Family Violence*, Vol. 21, No. 2, 117-125.
- Cassidy, J. (2008). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 3–22). New York: Guilford Press.
- Costa, R., Figueiredo, B. & Pacheco, A. (2003). Estilo de Vinculação, Qualidade da Relação com Figuras Significativas e da Aliança Terapêutica e Sintomatologia Psicopatológica: Estudo exploratório com Mães Adolescentes. *International journal of Clinical and Health Psychology*, 3, 1, 35-59.
- Couto, J. M. (2013). *Crenças, distorções cognitivas e violência em relações de namoro* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Almada, Portugal.
- Covell, N. C., Huss, M. T., Langhinrichsen-Rohling, J. (2007) Empathic deficits among male batterers: a multidimensional approach. *Journal of Family Violence*, 22, 165-174.
- Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1996). Social information-processing mechanisms on reactive and proactive aggression. *Child Development*, 67, 993 – 1002.
- Czuba, J. N. (2015). *Violência doméstica entre parceiros íntimos homossexuais* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal.
- Dahlberg, L.L., & Krug, E.G. (2002). Violence – a global public health problem. In E.G. Krug, L.L. Dahlberg, J.A. Mercy, A.B. Zwi & R. Lozano (Eds.), *World report on violence and health* (pp. 1–22). Geneva: World Health Organization.
- Dasgupta, S. D. (2002). A framework for understanding women's use of nonlethal violence in intimate heterosexual relationships. *Violence against Women*, 8, 1364–1389.
- Davis, D., Shaver, P. R., & Vernon, M. L. (2003). Physical, emotional, and behavioral reactions to breaking up: The roles of gender, age, emotional involvement, and attachment style. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 871–884.
- Debert, G.G., & Gregori, M.F. (2008). Violência e gênero: Novas propostas,

- velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (66), 165–185.
- Del Giudice, M. (2011). Sex differences in romantic attachment: A meta-analysis. *Personality and Social Psychological Bulletin*, 37, 193–214.
- Derogatis, L. R. (1982). *BSI: Brief Symptom Inventory*. Minneapolis: National Computers Systems.
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 113-131). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Diniz, N.M.F., Lopes, R.L.M., Gesteira, S.M.A., Alves, S.L.B., & Gomes, N.P. (2003). Violência conjugal: Vivências expressas em discursos masculinos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 37 (2), 81–88.
- Doumas, D., Pearson, C., Elgin, J., & McKinley, L. (2008). Adult attachment as a risk factor for intimate partner violence: The “Mispairing” of partner’s attachment styles. *Journal of Interpersonal Violence*, 23, 616–634.
- Dutton, D.G., & Nicholls, T.L. (2005). The gender paradigm in domestic violence research and theory: Part 1 – The conflict of theory and data. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 680–714.
- Dutton, D. G., Saunders K., Starzomski, A., & Bartholomew, K. (1994). Intimacy anger and insecure attachment as precursors of abuse in intimate relationships. *Journal of Applied Social Psychology*. 24, 1367-1386.
- Ehrensaft, M. K., Cohen, P., Brown, J., Smailes, E., Chen, H., & Johnson, J. G. (2003). Intergenerational transmission of partner violence: A 20-year prospective study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 4, 741–753.
- Eisenberg, N., & Fabes, R.A. (1990). Empathy: Conceptualization, measurement, and relation to prosocial behavior. *Motivation and Emotion*, 14, 131–149.
- Egeland, B. (1993). A history of abuse if a major risk factor for abusing the next generation. In R. J. Gelles & D. R. Loseke (Eds.), *Current controversies on family violence* (pp. 197–208). Newbury Park: Sage Publications.
- Ellis, B. J., Boyce, W. T., Belsky, J., Bakersman-Kranenburg, M. J., & van IJzendoorn, M. H. (2011). Differential susceptibility to the environment: An evolutionary - neurodevelopmental theory. *Development and Psychopathology*, 23, 8-28.
- Ellsberg, M., Pena, R., Herrera, A., Liljestrand, J., & Winkvist, A. (2000). Candies in hell: Women’s experience of violence in Nicaragua. *Social Science and Medicine*, 51, 1592 – 1610.
- Félix, D. (2012). *Crenças de legitimação da violência de gênero e efeitos de campanhas de prevenção: um estudo exploratório* (Tese de Mestrado). Universidade de Lisboa, Portugal.
- Ferreira, M. (2011) *Estudo clínico sobre o impacto psico-funcional e espiritual no estatuto do sobrevivente oncológico*. (Tese de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Braga, Portugal.
- Fernández-Montalvo, J. & Echeburúa, E. (2008). Trastornos de personalidad y psicopatía en hombres condenados por violencia grave contra la pareja.

- Psicothema*, 2 (20), 193198.
- Feshback, N.D. (1978). Studies of empathic behavior in children. In B. Maher (Ed.), *Progress in experimental personality research* (Vol. 8, pp. 1–47). New York: Academic.
- Field, A. P. (2000). *Discovering statistics using SPSS for Windows*. London: Sage publications.
- Figueiredo, C. (2006). Versão portuguesa das “Escala de Táticas de Conflito Revisadas”: estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2): 14–39.
- Finkel, E.J., DeWall, C.N., Slotter, E.B., McNulty, J.K., Pond Jr., R.S., & Atkins, D.C. (2012). Using I^3 theory to clarify when dispositional aggressiveness predicts intimate partner violence perpetration. *Journal of Personality and Social Psychology*, 102(3), 533–549.
- Finkel, E.J., DeWall, C.N., Slotter, E.B., Oaten, M., & Foshee, V.A. (2009). Selfregulatory failure and intimate partner violence perpetration. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(3), 483–499.
- Fraley, R. C., Waller, N. G., & Brennan, K. A. (2000). An item response theory analysis of self-report measures of adult attachment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 350–365.
- Fraley, R. C., Heffernan, M. E., Vicary, A. M., & Brumbaugh, C. C. (2011). The Experiences in Close Relationships–Relationship Structures questionnaire: A method for assessing attachment orientations across relationships. *Psychological Assessment*, 23, 615 – 625
- Freud, S. (1990). Inibições, Sintomas e Ansiedade (1926) (pp. 93-207). Ed. *Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XX, Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Gage, A. J. (2005). Women’s experience of intimate partner violence in Haiti. *Social Science and Medicine*, 61, 343–364.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.
- Gayford, J. (1975). Wife battering a preliminary survey of 100 cases. *Brazilian Medical Journal*. 1: 195–197.
- Giles, J. W. (2003). Children’s essentialist beliefs about aggression. *Developmental Review*, 23, (4), 413-443.
- Gomes, L. B., Crepaldi, M. A., Brigas, M. (2013). O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares. *Paidéia*, Vol. 23, No. 54, 21-29.
- Gonzales-Brenes, M. (2004). *Domestic violence and household decision-making: Evidence from East Africa*. Berkeley: University of California Press.
- Goodman, L. A., Koss, M. P., & Russo, N. F. (1993). Violence against women: Physical and mental health effects. Part 1: Research findings. *Applied and Preventative Psychology*, 2, 79 –89
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. In A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.), *Habilidades sociais, desenvolvimento*

- e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp.21-60). Campinas, SP: Alínea.
- George, C., & Solomon, J. (1999). Attachment and caregiving: The caregiving behavioural system. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 649-670). New York: Guilford Press
- Gormley, B. (2005). An Adult Attachment Theoretical Perspective of Gender Symmetry in Intimate Partner Violence. *Sex Roles*, Vol. 52, Nos. 11/12, 785-795.
- Hardy, L. T., (2007). Attachment theory and reactive attachment disorder: theoretical perspectives and treatment implications. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*; Feb 2007; 20, 1; 27-39.
- Hazan, C. & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52 (3), 511-524.
- Heise, L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence against Women*, 4(3), 262–290.
- Henderson, A. J. Z., Bartholomew, K., & Dutton, D. G. (1997). He loves me; he loves me not: Attachment and separation resolution of abused women. *Journal of Family Violence*, 12(2), 169–191.
- Henderson, A. J. Z., Bartholomew, K., Trinke, S. J., Kwong, M. J. (2005). When loving means hurting: An exploration of attachment and intimate abuse in a community sample. *Journal of Family Violence*, 20, 219–230.
- Hoffman, K. L., Demo, D. H., & Edwards, J. N. (1994). Physical wife abuse in a non-western society: An integrated theoretical approach. *Journal of Marriage and Family*, 56, 131–146.
- Holtzworth-Munroe, A., Bates, L., Smutzler, N., and Sandin, E. (1997). A brief review of the research on husband violence. *Aggression and Violent Behavior*. 2(1): 65–99.
- Huesmann, R. (1988). An information processing model for the development of aggression. *Aggressive Behavior*, 14, 13–24.
- Huesmann, R., & Guerra, N. G. (1997). Children's normative beliefs about aggression and aggressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 408–419.
- Iannotti, L. A. (1978). Effect of role-taking experiences on empathy, altruism, and aggression. *Developmental Psychology*, 14, 119–124.
- Jeyaseelan, L., Sadowski, L. S., Kumar, S., Hassan, F., Ramiro, L., & Vizcarra, B. (2004). World studies of abuse in the family environment: Risk factors for physical intimate partner violence. *Injury Control Safety Promotion*, 11, 117–124.
- Jewkes, R. (2002). Intimate partner violence: Causes and prevention. *The Lancet*, 359, 1423–1429.
- Jewkes, R., Levin, J., & Penn-Kekana, L. (2002). Risk factors for domestic violence: Findings from a South African cross-sectional study. *Social Science and Medicine*, 55, 1603–1617.
- Johnson, S. M. (2004). *The practice of emotionally focused couple therapy* (2nd edn). New York: Brunner-Routledge.

- Johnson, M. P. (2008). *A typology of domestic violence: Intimate terrorism, violent resistance, and situational couple violence*. Lebanon, NH: Northeastern University Press.
- Kalmuss, D. (1984). The intergenerational transmission of marital aggression. *Journal of Marriage and the Family*, 46, 11–19
- Kantor, G. K. (1993). Refining the brushstrokes in portraits on alcohol and wife assaults. In S. Martin (Ed.), *Alcohol and interpersonal violence: Fostering multidisciplinary perspectives* (pp. 281–290). Rockville, MD: National Institute on Alcohol Abuse and Alcoholism.
- Kenny, D. (2014). *The four steps*. Disponível em: <http://davidakenny.net/cm/mediate.htm#BK>
- Knafo, A., Israel, A., & Ebstein, R. P. (2011). Heritability of children's prosocial behavior and differential susceptibility to parenting by variation in the dopamine receptor D4 gene. *Development and Psychopathology*, 23, 53–67.
- Koenig, M. A., Lutalo, T., Zhao, F., Nalugoda, F., Wabwire-Mangen, F., Kiwanuka, N., et al. (2003). Domestic violence in rural Uganda: Evidence from a community-based study. *Bulletin of the World Health Organisation*, 81, 53–60.
- Krishnan, S. (2005). Gender, caste and economic inequalities and marital violence in rural south India. *Health Care for Women International*, 26, 87–99.
- Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J. Z., & Trinke, S. J. (2003). The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology*, 17, 288–301.
- Main, M. (1996). Introduction to the special section on attachment and psychopathology: 2. Overview of the field of attachment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 237–243.
- Maiuro, R. D., Cahn, T. S., Vitaliano, P. P., Wagner, B. C., & Zegree, J. B. (1988). Anger, hostility, and depression in domestically violent versus generally assaultive men and nonviolent control subjects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 17–23.
- Marshall, W. L., & Turner, B. (1985). *Life skills training in penitentiary inmates in Canada*. Report to the Solicitor General of Canada, Ottawa.
- Mauricio, A. M., & Gormley, B. (2001). Male Perpetration of Physical Violence Against Females Partners: The interaction of dominance needs and attachment insecurity. *Journal of Interpersonal Violence*, 16(10), 1066–1081.
- Menard, S. (1995). *Applied logistic regression analysis*. Sage university paper series on quantitative applications in the social sciences, 07–106. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Mercer, S. H., McMillen, J. S., & DeRosier, M. E. (2009). Predicting change in children's aggression and victimization using classroom-level descriptive norms of aggression and pro-social behavior. *Journal of School Psychology*, 47 (4), 267–289.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. (3ª Ed.). Lisboa:

Edições Sílabo.

- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C., & Hutz, C. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para adolescência: Uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Refl exão e Crítica*, 18 (1), 55-61.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2002). Versão portuguesa do questionário “Revised Conflict Tactics Scales” (CTS-2, Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996). Universidade do Minho, Braga. Manuscrito não publicado.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: Definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165–184.
- Pellegrini, A. D. (2008). The roles of aggressive and affiliative behaviors in resource control: A behavioral ecological perspective. *Developmental Review*, 28(4), 461-487.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Sílabo.
- Lawoko, S., Dalal, K., Jiayou, L., & Jansson, B. (2007). Social Inequalities in Intimate Partner Violence: A Study of Women in Kenya. *Violence and Victims*, Volume 22, Number 6, 773-784.
- Levinson, D. (1989). *Violence in cross-cultural perspective*. Newburg Park, CA: Sage Publications.
- Lipsky, S., Caetano, R., Field, C. A., & Larkin, G. L. (2005). Psychosocial and substance-use risk factors for intimate partner violence. *Drug and Alcohol Dependence*, 78, 39 –47.
- Machado, C., Matos, M.; Gonçalves, M. (2006) - Manual da escala de crenças sobre violência conjugal (E.C.V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.): escalas de avaliação e manual. Braga: Psiquilíbrios.
- Maysel, O. (1991). Adult attachment patterns and courtship violence. *Family Relations*, 40, 21–28.
- Myers, R. (1990). *Classical and modern regression with applications* (2nd ed.). Boston, MA: Duxbury.
- Moreira, H., Martins, T., Gouveia, M. J., & Cannavarro, M. C. (2014) Assessing adult attachment across different contexts: Validation of the Portuguese version of the Experiences in Close Relationships – Relationship Structures questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 97, 22-30.
- Murphy, C. M., & Hoover, S. A. (1999). Measuring emotional abuse in dating relationships as a multifactorial construct. *Violence and Victims*, 14, 39–53.
- O’Hearn, R. E., & Davis, K. E. (1997). Women’s experience of giving and receiving emotional abuse: An attachment perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, 12(3), 375–391.
- Oetzel, J., & Duran, B. (2004). Intimate Partner Violence in American Indian and/or Alaska Native communities: A social ecological framework of determinants and interventions. *American Indian and Alaska Native Mental Health Research*, 11(3), 49–68.

- Orcutt, H. K., Garcia, M., & Pickett, S. M. (2005). Female-perpetrated intimate partner violence and romantic attachment style in a college student sample. *Violence and victims*, 20(3), 287-302
- O'Leary, K.D., Smith Slep, A.M., Avery-Leaf, S., & Cascardi, M. (2008). Gender differences in dating aggression among multiethnic high school students. *Journal of Adolescent Health*, 42(5), 473-479.
- Paquette, D. (2004). Theorizing the father-child relationship: Mechanisms and developmental outcomes. *Human Development*, 47(4), 193-219.
- Paquette, D., Carbonneau, R., Dubeau, D., Bigras, M., & Tremblay, R. E. (2003). Prevalence of father-child rough-and-tumble play and physical aggression in preschool children. *European Journal of Psychology of Education*, 18(2), 171-189.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS (4th ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo
- Picado, J. R., & Rose, T. M. S. (2009). Acompanhamento de pré-escolares agressivos: Adaptação na escola e relação professor-aluno. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 29 (1), 132-145.
- Rapoza, K. A., & Baker, A. T. (2008). Attachment styles, alcohol, and childhood experiences of abuse: An analysis of physical violence in dating couples. *Violence and victims*, 23(1), 52-65.
- Riggs, D.S., Caulfield, M.B., & Fair, K. (2009). Risk of intimate partner violence: Factors associated with perpetration and victimization. In P.M. Kleespies (Ed.), *Behavioral emergencies: An evidence-based resource for evaluating and managing risk of suicide, violence, and victimization* (pp. 189-208). Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Roberts, N., & Noller, P. (1998). The associations between adult attachment and couple violence: The role of communication patterns and relationship satisfaction. In Jeffrey Simpson and William S. Rholes (Eds.), *Attachment Theory and Close Relationships* (pp. 317-350). New York: Guilford Press.
- Roberts, A. L., McLaughlin, K. A., Conron, K. J., & Koenen, K. C. (2011). Adulthood stressors, history of childhood adversity, and risk of perpetration of intimate partner violence. *American Journal of Preventative Medicine*, 40, 128-138
- Robson, C. (2002). *Real world research: A resource for social scientists and practitioner-researchers (2nd ed.)*. Malden: Blackwell.
- Rosenberg, M.L., Butchart, A., Mercy, J., Narasimhan, V., Waters, H., & Marshall, M.S. (2006). Interpersonal Violence. In D.T. Jamison, J.G. Breman, A.R. Measham, G. Alleyne, M. Claeson, D.B. Evans, P. Jha, A. Mills & P. Musgrove (Eds.), *Disease control priorities in developing countries* (pp. 755-770). New York: Oxford University Press.
- Rosenbaum, A., and O'Leary, K. (1981). Marital violence: Characteristics of the abusive couple. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49(1): 63-71.
- Roseth, C. J., Pellegrini, A. D., Bohn, C. M., Van Ryzin, M., & Vance, N. (2007). Preschoolers' aggression, affiliation, and social dominance relationships: An observational, longitudinal study. *Journal of School*

- Psychology*, 45(5), 479-497.
- Roy, M. (1977). *Battered Women*, Van Nostrand Reinhold, New York.
- Sami-Ali, Cady, S., Froli, G., Gauthier, J. M., Gorot J., Mendes Pedro, A. & Robert, M. (1992). Entre o acto e o sintoma somático. In M. Robert, *Sonho e Psicossomática* (pp. 129-143). Lisboa: DINALIVRO
- Santos, J. (2004). Sintomas Psicopatológicos e Vinculação em Adolescentes: um Estudo Exploratório. Monografia de licenciatura.
- Saunders, D. G. (2002). Are physical assaults by wives and girlfriends a major social problem? A review of the literature. *Violence against Women*, 8, 1424–1448.
- Schmitt, D. P., Alcalay, L., Allensworth, M., Allik, J., Ault, L., Austers, I., Zupaneie, A. (2003). Are men universally more dismissing than women? Gender differences in romantic attachment across 62 cultural regions. *Personal Relationships*, 10, 307–331. doi:10.1111/1475-6811.00052
- Schumacher, J., Slep, A., Heyman, R. (2001). Risk factors for male-to-female partner psychological abuse. *Agression and Violent Behavior*, 6(2-3), 255-268.
- Scott, L. N., Levy, K. N., Pincus, A. L. (2009) Adult attachment, personality traits, and borderline personality disorder features in young adults. *Journal of Personality Disorders*, 23, 258-280.
- Scully, D. (1988). Convicted rapists' perceptions of self and victim: role taking and emotions. *Gender and Society*, 2, 200–213.
- Sheridan, M. J. (1995). A proposed intergenerational model of substance abuse, family functioning, and abuse/neglect. *Child Abuse Neglect*. 19(5): 519–530.
- Simons , L. G., Simons, R. L., Lei, M. -K., Hancock, D. L., & Fincham, F. D. (2012) parental warmth amplifies the negative effect of parental hostility on dating violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 23, 2603-2626.
- Simons, R. L., Simons, L. G., Lei, M. –K., Beach, S. R. H., Brody, G. H., Gibbons, F. X., Philibert, R. A., (2013) Genetic moderation of the impact of parenting on hostility toward romantic partners. *Journal of Marriage and Family*, 75, 325-341.
- Simons , R. L., Lei, M. -K., Brody, G. H., Beach, S. R. H., Philibert, R. A., & Gibbons, F. X. (2011). Social Environment variation, plasticity genes, and aggression: Evidence for the differential susceptibility hypothesis. *American Sociological Review*, 76, 883-912.
- Sobel, M. E. (1982). Asymptotic confidence intervals for indirect effects in structural equations models. In S. Leinhardt (Ed.), *Sociological methodology* (pp. 290-312). San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Souza Filho, M. L., Araújo, A. G., Lima, F. L., Sousa, D. M. (2005) Crenças normativas sobre a agressão: validação de uma escala e considerações acerca das diferenças de género. *Paidéia*. 15 (31), 259-267.
- Stith, S. M., Rosen, K. H., Middleton, K. A., Busch, A. L., Lundeberg, K., & Carlton, R. P. (2000). The intergenerational transmission of spouse abuse: A meta-analysis. *Journal of Marriage and Family*, 62, 640–654.
- Stith, S.M., Smith, D.B., Penn, C., Ward, D., & Tritt, D. (2004). Intimate partner

- physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Journal of Aggression and Violent Behavior*, 10, 65–98.
- Straus, M., Gelles, R., and Steinmetz, S. (1980). *Behind closed doors: Violence in The American Family*, Doubleday, Garden City, NY.
- Straus, M. A., & Ramirez, I.L. (2007). Gender symmetry in prevalence, severity, and chronicity of physical aggression against dating partners by university students in Mexico and USA. *Aggressive Behavior*, 33, 281–290.
- Straus, M. A.; Hamby, S. L.; Boney-McCoy, S.; Sugarman, D. B. The revised conflict tactics scales (CTS2): development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, v. 17, p. 283-316, 1996.
- Szelbracikowski, A., & Dessen, M. A. (2005). Compreendendo a agressão na perspectiva do desenvolvimento humano. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 231-248). Porto Alegre, RS: Artmed.-
- Tremblay, R. E. (2000). The development of aggressive behaviour during childhood: What have we learned in the past century? *International Journal of Behavioral Development*, 24(2), 129-141.
- Tremblay, R. E., Gervais, J., & Petitclerc, A. (2008). *Prévenir la violence par l'apprentissage à la petite enfance*. Montréal, Canada: Centre d'Excellence pour le Développement des Jeunes Enfants.
- Warshaw, C., Brashler, P., & Gil, J. (2009). Mental health consequences of intimate partner violence. In C. Mitchell & D. Anglin (Eds.), *Intimate partner violence: A health-based perspective* (pp. 147–170). New York: Oxford University Press.
- Woodin, E.M., & O'Leary, K.D. (2009). Theoretical approaches to the etiology of partner violence. In D.J. Whitaker & J.R. Lutzker (Eds.), *Preventing partner violence: Research and evidence-based intervention strategies* (pp. 41–65). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Zeanah, C. H., and Zeanah, P. (1989). Intergenerational transmission of maltreatment Insight from attachment theory and research. *Psychiatry*. 52: 177– 196.